

ATA DA 021ª SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA
2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA
REALIZADA EM 17 DE SETEMBRO DE 2020
PRESIDÊNCIA DO SENHOR DEPUTADO JULIO GARCIA

Às 15h, achavam-se presentes os seguintes srs. deputados: Ada Faraco De Luca - Altair Silva - Ana Campagnolo - Bruno Souza - Cesar Valduga - Coronel Mocellin - Dr. Vicente Caropreso - Fabiano da Luz - Felipe Estevão - Fernando Krelling - Ismael dos Santos - Ivan Naatz - Jair Miotto - Jerry Comper - Jessé Lopes - João Amin - José Milton Scheffer - Julio Garcia - Kennedy Nunes - Laércio Schuster - Luciane Carminatti - Luiz Fernando Vampiro - Marcius Machado - Marcos Vieira - Marlene Fengler - Maurício Eskudlark - Mauro de Nadal - Milton Hobus - Moacir Sopelsa - Nazareno Martins - Neodi Saretta - Nilso Berlanda - Padre Pedro Baldissera - Paulinha - Ricardo Alba - Romildo Titon - Sargento Lima - Sergio Motta - Valdir Cobalchini - Volnei Weber.

PRESIDÊNCIA - Deputado Julio Garcia
Deputado Mauro de Nadal

DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Havendo quórum regimental e invocando a proteção de Deus, declara aberta a presente sessão extraordinária.

Ordem do Dia

Anuncio a ordem do dia.

PDL 007.0/2020, que autoriza a instauração de processo por crime de responsabilidade contra a senhora Vice-Governadora do Estado de Santa Catarina, Daniela Cristina Reinehr (Processo de Impeachment nº 00754 - Representação nº 001.5/2020); e PDL 008.0/2020, que autoriza a instauração de processo por crime de responsabilidade contra o senhor Governador do Estado, Carlos Moisés da Silva (Processo de Impeachment nº 00754 - Representação nº 001.5/2020).

Para cumprimento do dispositivo legal do artigo 21, da Lei 1.079, de 10 de abril de 1950, cada partido poderá indicar até cinco representantes para discutir o parecer da Comissão Especial pelo período de até uma hora. Serão chamados os oradores dos partidos de maior composição para os de menor, sem interrupções, não sendo permitidos apartes. O Relator poderá responder aos questionamentos feitos pelos senhores Deputados em qualquer tempo, sempre que provocado.

A Presidência... Atenção, senhoras Deputadas, senhores Deputados...

A Presidência suspende a sessão por três minutos para os cumprimentos.

(Estão suspensos os trabalhos. Pausa.)

Reabertos os trabalhos.

A Presidência comunica às senhoras Deputadas e aos senhores Deputados que recebeu solicitação dos procuradores do denunciante, da procuradora da senhora Vice-Governadora e do procurador do senhor Governador.

O rito de *impeachment* é regido pela Lei 1.079, de 1950, nela e de acordo com o decidido pelo Pleno do Supremo Tribunal Federal, nos autos da ADPF 378, bem como nas Reclamações 4.2627 e 4.2861, estas duas últimas que trataram exclusivamente deste Processo de Impeachment nº 00754, a presente fase processual é desenvolvida na Assembleia Legislativa, não é afeta à produção de prova oral ou sustentação oral, como pretendem os procuradores.

O artigo 21 e o artigo 23, da Lei 1.079, de 1950, dispõem:

"Art. 21. Cinco representantes de cada partido poderão falar, durante uma hora, sobre o parecer, ressalvado ao relator da comissão especial o direito de responder a cada um.

(...)

Art. 23. Encerrada a discussão do parecer, será o mesmo submetido a votação nominal, não sendo permitidas, então, questões de ordem, nem encaminhamento de votação."

Até porque por se tratar de uma sessão de aprovação de projeto de decreto legislativo, o uso da palavra é restrito ao Parlamentar, e após a discussão do parecer, a lei veda a apresentação de questões de ordem. Toda a produção de prova oral, documental, testemunhal será exercida na segunda fase desse processo de *impeachment* no Tribunal Misto, caso atingido, nesta sessão, o quórum necessário para tanto.

Todavia, para que não se suscite o cometimento de eventual cerceamento de defesa e também para que não se prolongue a aguerrida judicialização do processo de *impeachment* - foram nove os mandados de segurança impetrados no Tribunal de Justiça e quatro ações protocoladas no Supremo Tribunal Federal -, consulto todos os senhores Deputados se devemos, excepcionalmente, ainda que não amparados pela lei, conceder a palavra aos procuradores do denunciante, da Vice-Governadora e do Governador, pelo tempo comum a todos, começando pela ordem que deve ser seguida: pelo procurador do denunciante, seguido pela procuradora da Vice-Governadora e, por último, o procurador do Governador do Estado.

Encaminho e me inclino para atender o requerimento dos senhores procuradores para que o nosso processo continue da mesma forma como vem seguindo até aqui. É uma questão de ordem que levanto e peço a deliberação dos senhores Deputados.

Os Deputados que concordam com a proposta desta presidência no sentido de conceder quinze minutos a cada um dos procuradores, conforme solicitado, permaneçam como se encontram.

Aprovada por unanimidade a proposta.

Antes de passar a palavra aos procuradores, quero me dirigir aos senhores Parlamentares, às senhoras, aos senhores, àqueles que comparecem aqui na Assembleia Legislativa, àqueles que nos assistem.

Hoje, quando amanheci, li a manchete do Jornal ND que dizia "Dia Histórico". É bem verdade que hoje vivemos um dia histórico, isso, porém, não significa dizer que temos o que comemorar, muito pelo contrário. A Alesc mais uma vez cumpre o seu

papel. A Assembleia não é a autora do processo, apenas o processa, respeitando a Lei 1.079, modulada pela ADPF 378, de 2015. Procedemos até aqui da forma mais respeitosa possível, agimos com serenidade, cumprindo rigorosamente as orientações da nossa competente Procuradoria, e se agimos assim é preciso que reconheçamos o trabalho dedicado dos quarenta Deputados e Deputadas com assento nesta Casa.

Agradeço a todas e a todos a colaboração nesses dias difíceis que estamos atravessando, mas agradeço, de modo especial, pela nossa relação republicana e respeitosa que nos permitiu chegar até o dia de hoje sem qualquer fissura que pudesse macular a imagem do Poder Legislativo catarinense. Nossas conversas foram todas transparentes, republicanas e respeitadas, todas elas podem ser publicadas, e isso me orgulha. Aliás, neste Parlamento o que mais me orgulha é o respeito com que nós nos tratamos e o respeito que recebo de todas as senhoras Deputadas e de todos os senhores Deputados a cada dia.

De coração, em nome dos meus filhos, que me deram força para chegar até aqui, que suportaram comigo todas as dificuldades, eu agradeço a todos vocês e dedico a eles esta sessão histórica, porém sem ter o que comemorar.

Quero agradecer aos servidores da Casa, que, de forma dedicada como sempre, e os conheço de há muito, não agiram diferente neste processo, assessoraram a Comissão Especial, dedicaram-se diuturnamente e concluíram um trabalho elogiável que não mereceu nenhuma crítica. Agradeço também, de modo especial, a nossa Procuradoria, que teve toda a liberdade para realizar o seu trabalho, não teve nenhuma interferência de qualquer Deputado e sequer também da presidência - a presidência apenas foi informada daquilo que a Procuradoria realizava. As vitórias obtidas no Tribunal de Justiça de Santa Catarina e no Supremo Tribunal Federal dão a devida dimensão do que foi o trabalho da nossa Procuradoria, e homenagem todos os servidores, de modo especial a Procuradoria, na

figura da Procuradora-Geral, doutora Karula. Parabéns pelo trabalho.

Desejo fazer uma menção específica à Comissão Especial e elogiar o Presidente João Amin pela condução dos trabalhos; de forma elogiosa o Vice-Presidente, Maurício Eskudlark; o Deputado-Relator Luiz Fernando Vampiro; o Relator Adjunto, Deputado Jessé Lopes; e os membros Deputado Fabiano da Luz, Deputado Marcos Vieira, Deputado Sergio Motta e Deputado Ismael dos Santos, além do Deputado Moacir Sopelsa. O trabalho realizado por vocês, no tempo permitido pela legislação, foi um trabalho profícuo de profundidade, com serenidade, com seriedade e competência, que nos permitiu chegar ao dia de hoje para, finalmente cumprindo a legislação, submeter ao pleno soberano desta Casa.

Espero que todos nós votemos com as nossas consciências. Não estamos aqui a perseguir ou a prejudicar ninguém, estamos cumprindo o nosso papel. Repito, a autoria do processo de *impeachment* não é da Assembleia Legislativa de Santa Catarina e de nenhum dos seus Deputados. A legislação nos incumbe e nos obriga a fazer com que o processo tramite regularmente, e é isso o que temos feito.

Muito obrigado a todas as senhoras Deputadas e a todos os senhores Deputados pelo apoio recebido.

Passo a palavra, em primeiro lugar, ao advogado do denunciante, que usará a tribuna pelo tempo de até quinze minutos. Com a palavra o doutor Leandro Maciel.

O SR. LEANDRO RIBEIRO MACIEL - Boa tarde, senhor Presidente, senhores Deputados, Mesa Diretora desta Casa.

Estamos aqui em um dia histórico para o Estado de Santa Catarina. Eu confesso que não sinto a menor felicidade em estar aqui diante dos senhores ante a possibilidade de uma votação que poderá vir a culminar com a destituição do Chefe do Poder Executivo do nosso Estado. Não estou.

Tentarei ser o mais breve possível, porque vou focar exclusivamente em tentar anular um discurso que veio tomando corpo ao longo desses últimos meses, de que se desencadeava um golpe contra o

Executivo dentro desta Casa e que era uma busca de poder. Eu estou de fora, eu fui um dos autores do pedido de *impeachment*, embora não tenha firmado a petição, porque pedi para fazer a revisão e por dois dias o doutor Ralf resolveu entrar com essa petição, mas o doutor Ralf sabe, todos que acompanharam sabem disso. E o que aconteceu? Quando eu fui abordado, próximo ao Tribunal de Contas no início do mês de janeiro, o doutor Ralf me apresentou esses fatos que estão ali, essa situação do aumento dos Procuradores. Pedi a minha opinião, fomos tomar um café, eu analisei os documentos e disse de cara que tinha fundamento. Voltamos a conversar e alguns dias se seguiram, e eu simplesmente não acreditei no que estava vendo, no que estava lendo, algo que pudesse ter nascido numa Casa que tem a incumbência principal de defender os interesses do Estado e não do Estado governo. São coisas muito distintas e os senhores Legisladores sabem muito bem disso.

Processo em segredo, com sigilo no SGPE, eu que levantei toda a documentação, fiz toda a busca de documentação complementar e a cada pena que eu apanhava, puxava, vinha uma galinha junto. Não era uma coisa simples. E eram fatos, fatos... Eu comecei assim: não, mas eu não acredito, eu não acredito nisso, não acredito que fizeram isso. No momento da representação, no momento de fazer o *impeachment*, eu alertei o doutor Ralf, eu disse: Ralf, isso não vai dar certo, porque é muito simples, é somente o Governador do Estado receber a representação e determinar, mandar acautelar esse valor. Se eu vou pagar esse valor, vou consultar a Controladoria-Geral do Estado e vou fazer uma consulta, ainda que informal, porque não se admite consulta em concreto, somente consulta em abstrato, perante o Tribunal de Contas, mas os técnicos estão lá, é muito fácil, chega, conversa com o técnico e pergunta: como é isso aqui? É simples.

E o que aconteceu? Nada. Dois tolos. Isso não vai dar em nada, isso está tudo certo, está tudo perfeito isso aqui, é assim mesmo. Dia 15 a Vice-Governadora vai lá, solicita informações ao

Secretário da Administração, estava no exercício do governo, ficou até o dia 20. Dia 27 ela faz uma defesa veemente, antes do pagamento, ela vem perante esta Casa, senhor Presidente, e diz que estava cumprindo uma determinação judicial. Senhores, eu desafio cada um dos senhores que estão presentes aqui a me trazer essa decisão judicial, cada jornalista, cada advogado. Onde está essa decisão judicial que eu nunca vi? Então, onde tem golpe?

O aspecto jurídico. Eu tive a oportunidade de ler um dos relatórios mais bem fundamentados, e veio desta Casa, Deputado Vampiro, Deputado Jessé. Aquilo ali é uma obra, porque analisou detalhadamente do início ao fim tudo o que ocorreu.

Mas eu vou voltar para o golpe, sobre o qual eu vim falar. Onde está o golpe? O golpe está que o Governador se lançou sobre uma espada, ele se lançou, não fomos nós. Nós ficamos assim com a espada (*faz gesto com a mão*) e pensamos que ele ia pegar. Eu disse: Ralf, ele vai [pegar] e acaba com o *impeachment*, esvazia o *impeachment*. Determina que seja provisionado o valor, suspendo cautelarmente, determino que seja provisionado esse valor em conta separada, faz uma consulta à Controladoria-Geral, vai no Tribunal de Contas escutar. Aliás, o Governador tem um péssimo hábito, ele escuta, mas não ouve, porque recentemente, em um episódio aqui, o próprio Presidente do Tribunal de Contas do Estado o alertou sobre determinada situação e ele finge que não é com ele.

Será que eu e o meu parceiro Ralf somos dois imbecis, dois idiotas? Nós engendramos um golpe? Um golpe com a participação desta Casa? Então não me venham falar... A imprensa, eu vejo determinados jornalistas falando, não vou citar nome de nenhum deles em respeito, isso faz parte, mas acusando de golpe? Meu nome é Leandro Ribeiro Maciel, eu não assino golpe, eu não participo de golpe, quem me conhece sabe, estou fora, se tiver algum golpe em curso, estou fora, o doutor Ralf a

mesma coisa. E eu tenho certeza, senhores, que não há nenhum golpe.

Esta Casa está demonstrando aos catarinenses o valor que tem, porque esse Governador perdeu por completo a condição moral de seguir tomando conta dos catarinenses. Santa Catarina conta com cada um dos senhores, não sou eu, Leandro, não é o Ralf, autor do *impeachment*, nós somos apenas os instrumentos, nós trouxemos os instrumentos a esta Casa que lhes possibilitam sacar do governo duas figuras extremamente prejudiciais ao Estado, perniciosas, eu diria.

Eu não vou mais abusar do tempo, nada mais precisa ser dito. Os senhores querem saber o que eu penso? Leiam o relatório do Deputado Vampiro, e quando digo os senhores, não são os senhores Deputados, que com certeza já leram, mas as pessoas que estão nos ouvindo aqui e que nos cantos desta nossa Santa Catarina ainda dão ouvidos para jornalistas bocas alugadas que fazem análises políticas estapafúrdias, que eu não consigo entender de onde eles tiram essas informações. Trazem, inclusive para o olho do furacão, a própria Justiça, seja a Justiça catarinense, seja a Justiça no âmbito do Supremo Tribunal Federal, como eu vi ontem um *print* na rede social dizendo que a Vice-Governadora vai ter uma decisão. Olhem, já estava com a decisão do Juiz ou do Ministro na mão. Isso é um absurdo, esse é o governo que está chefiando a administração direta e indireta do Estado.

O meu muito-obrigado a todos os senhores. Santa Catarina conta com cada um desses nossos valorosos Parlamentares; esse governo perdeu por completo a condição de governar Santa Catarina.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Agradecemos a participação do doutor Leandro Maciel, procurador do denunciante.

Passamos a palavra à procuradora da Vice-Governadora, a eminente advogada Ana Cristina Ferro Blasi, que tem a palavra por até quinze minutos.

A SRA. ANA CRISTINA FERRO BLASI - Muito boa-tarde, senhor Presidente, senhores Deputados, senhoras Deputadas. Antes de mais nada, obrigada por facultar a palavra aos advogados, tanto da acusação quanto da defesa, isso mostra a Assembleia republicana que nós temos em Santa Catarina. Muito obrigada.

Digo de início que eu vou dividir meu tempo, se vossa excelência permitir, com o doutor Salomão Ribas Junior, que também é advogado da Vice-Governadora Daniela Reinehr, que se encontra no plenário. Então eu falarei sete minutos e meio. [Transcrição: Janis Joplin Zerwes Leite / Revisão: Bruna Maria Scalco]

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Permitido.

A SRA. ANA CRISTINA FERRO BLASI - Muito obrigada.

Senhores Deputados, senhoras Deputadas, que honra estar nesta tribuna, na data de hoje, neste dia histórico, Deputado Julio Garcia. Aqueles que me conhecem sabem que eu defendo a presença de mulheres na política e quis o destino que eu viesse à presença de vossas excelências hoje defender a primeira mulher a ocupar o cargo de Vice-Governadora do Estado da nossa Santa e bela Catarina.

Que honra, Deputado Julio Garcia, que honra, Deputada Paulinha, estar aqui nesta tribuna para dizer a vossas excelências que Daniela Reinehr não cometeu crime. Nós estamos falando de crime, senhores Deputados, crime de responsabilidade, é bem verdade, mas crime, e crime exige materialidade, existe tipo penal, e eu pergunto a vossas excelências: o que fez Daniela Reinehr? O que ela fez? Ela ocupou o governo no mês de janeiro por dez dias, recebeu um ofício, a ele deu andamento, e quando o ofício voltou ela já não estava mais no cargo.

Ela não poderia e não faria, porque ela é responsável, a mudança de ato praticado pelo Governador Moisés, o titular do Poder Executivo estadual. Seria uma irresponsabilidade da doutora Daniela Reinehr se ela assumisse o governo por dez

dias e mudasse todo o plano de governo ou os atos praticados pelo Governador Moisés. Aí, sim, ela estaria cometendo uma irresponsabilidade, uma improbidade, uma ilegalidade, mas não, senhores Deputados, o que fez Daniela? Daniela recebeu um ofício, mandou o ofício para a Secretaria da Administração e de lá veio o retorno, quando ela não estava mais no cargo.

Qual é o segundo ato imputado? O fato de ela ter ouvido uma matéria jornalística e não ter feito nada. O que se imputa à Daniela? Omissão dolosa, senhores Deputados, senhora Deputada Marlene Fengler, omissão dolorosa! Ora, senhores Deputados, nós estamos falando de crime de responsabilidade. E eu digo a vossas excelências, porque conheço muito bem o processo judicial, até fevereiro as decisões judiciais do Desembargador Pedro Abreu eram favoráveis, ele havia mandado pagar. Eu não tenho isso agora, mas posso encaminhar a vossas excelências, porque isso é fato, é verdade, está no site do Tribunal de Justiça. Apenas em fevereiro, depois da petição do doutor Ralf Zimmer, é que o Desembargador mandou sustar os despachos anteriores para averiguar. Mandou ouvir as partes e o processo agora foi encaminhado para a Procuradoria de Justiça para parecer. Certamente será pautado. Não há decisão definitiva, senhores Deputados. Não há materialidade de crime.

E para mim é uma honra muito grande vir aqui e defender a doutora Daniela, e o faço veementemente, porque meu sangue de advogada ferve quando vejo uma injustiça.

Doutor Leandro, vossa excelência não é leviano e eu também não sou. Não estaria aqui nesta tribuna defendendo uma mulher que está ocupando um cargo por vontade de 71% da população de Santa Catarina? Nós não vamos obedecer a vontade popular? Se se quer tirar Daniela e Moisés, que o povo vá às urnas em 2022 e os tire da Chefia do Poder Executivo, mas não através do *impeachment*, no qual não há, senhores Deputados, materialidade para que ele seja definido com a cassação da Vice-Governadora e do Vice.

Eu gostaria de registrar, senhor Presidente, também a nossa estranheza pelo fato de o decreto legislativo da Vice-Governadora ser o primeiro a ser votado, e digo por quê? Porque em outro precedente levado a efeito nesta Assembleia, na época do Governador Paulo Afonso, não foi isso que se operou. Naquela oportunidade foram votados os Decretos Legislativo 1, 2 e 3, Governador, Vice e Secretário da Fazenda à época. Aqui no caso, senhor Presidente, não se entende o porquê houve uma inversão, a votação será encaminhada no sentido de votar primeiro o decreto legislativo de Daniela e depois o de Moisés. E isso fere tanto a ADPF 378, tão citada por todos, da relatoria do Ministro Barroso, tanto precedente desta Casa, e não se diga que é porque está-se seguindo a denúncia, porque vossa excelência, senhor Presidente, quando recebeu a denúncia e mandou à Procuradoria da Assembleia para analisar, recebeu a denúncia contra Governador, Vice e Secretário.

Portanto, fica aqui o nosso registro. Por favor, que se registre em ata esse nosso inconformismo e a nossa referência a este fato.

E digo a vossas excelências, estou concluindo, senhores Deputados: Jesus Cristo foi julgado de uma maneira vil e nós todos aqui estamos em 2020, neste Planeta Terra de provas e expiações, ainda vivendo a súplica de Cristo no calvário. O processo, senhores Deputados, tem que ser justo, puna-se aquele que pratica crime, puna-se aquele que é ímprobo, que comete crime no exercício do seu mandato, qualquer um de nós, mas não um inocente. Não é justo, isso não está correto.

Muito obrigada, senhor Presidente. (*Palmas.*)

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - A presidência informa que acatará o requerimento da nobre procuradora da Vice-Governadora, doutora Ana Blasi.

Com a palavra, para completar o tempo, o eminente ex-Deputado, ex-Conselheiro, ex-Secretário de Estado, advogado doutor Salomão Antônio Ribas Junior.

O SR. SALOMÃO ANTÔNIO RIBAS JUNIOR - Excelentíssimo senhor Deputado Julio Garcia,

digníssimo Presidente da Assembleia Legislativa, demais integrantes da Mesa Diretora dos trabalhos, senhoras Deputadas, senhores Deputados, a advogada Ana Blasi já construiu os pontos básicos da defesa dos atos praticados ou que não foram praticados pela senhora Vice-Governadora, doutora Daniela Reinehr.

O *impeachment* é um processo muito complexo e de efeitos muito graves na vida de um povo. Ele é tão complexo quanto vítima da ausência de uma legislação clara e precisa do seu adequado funcionamento. Nós temos uma proliferação enorme de leis no Brasil sobre quase tudo, mas relativamente ao *impeachment*, talvez pela raridade da sua ocorrência, nós não temos. Então acabamos fazendo uma discussão enorme sobre o processo baseado numa legislação da década de 1950, precedentes construídos e decisões judiciais. Acabamos apelando ao Poder Judiciário, o que não é equivocados, afinal o Direito acaba socorrendo os nossos erros e equívocos para caminharmos em linha reta rumo ao justo.

Então eu vou me ater somente aos aspectos constitucionais e jurídicos dos atos praticados e não praticados pela Vice-Governadora. E quero dizer, para tranquilizar os senhores Parlamentares, para tranquilizar a opinião pública, que na nossa visão não há nenhum golpe em curso. Essa expressão nunca esteve entre as minhas preocupações. O que há são algumas interpretações equivocadas do ponto de vista constitucional e jurídico. E isso é o que os senhores terão que deslindar no dia de hoje, exercendo, além do papel de representantes do povo, além do papel legislativo, o papel de julgadores, e julgar é uma missão terrível. O dever de julgar é terrível.

A Vice-Governadora é acusada de não ter praticado determinados atos para suspender um pagamento que se entende ilegal, produzido no âmbito do Executivo. Muito bem. A notícia dessa ilegalidade chegou a ela, é verdade, quando no exercício do governo do Estado. Isso é do processo administrativo em geral. Qual foi a providência que, como governante, ela tomou? Despachou o

documento aos órgãos competentes para que fosse adequadamente instruído. E aí ela praticou um ato em perfeita consonância com o mandamento constitucional. Se tivesse agido ao contrário, como se sugere seguidamente, mandado suspender os pagamentos em função da simples notícia da existência de uma investigação, ela estaria afrontando a regra da Constituição brasileira, que diz que o devido processo legal, o direito à ampla defesa, aplica-se tanto aos processos judiciais quanto aos processos administrativos.

A mesma coisa diz a Constituição do Estado de Santa Catarina, e não pode ser diferente, até porque nós estamos falando de verba alimentar, nós estamos falando de pagamentos que, ainda que devidos e até passíveis de serem devolvidos amanhã ou depois ao erário, se recebidos ilegalmente, nós estamos falando de uma situação consolidada. Para desconstituí-la é preciso o devido processo legal com o direito à ampla defesa.

Então é absurdo que se exija do governante que diante da notícia mande suspender, ou pior ainda, que se exija do governante que conhecida uma notícia de televisão, mande tomar uma providência que não seja aquela que já havia tomado, de investigar. É possível que ao final se chegue a alguma conclusão, mas, logo de início, nós vemos aí que o que se chama de omissão, na realidade foi muito mais do que omissão, foi o cumprimento dos mandamentos constitucionais que determinam o devido processo legal.

Alegou-se que não existe um processo judicial. Existia à época em que o assunto começou a tramitar administrativamente. Era uma questão já judicializada e que, depois, se resolveu. Havia realmente investigações em curso no Tribunal de Contas e que, após isso, é que se resolveram.

Então naquele momento em que estava no exercício do cargo de Governador, vou concluir, a Vice-Governadora não tinha nenhuma noção exata do que decidiria o Judiciário, do que decidiria o Tribunal de Contas. Agiu conforme a Constituição, inteiramente conforme a Constituição, mandando fazer a investigação, estabelecendo a

investigação, que deveria ter tido continuidade e chegado a alguma conclusão. Mas a ela, essa imputação é extremamente injusta.

E termino... (Palmas.)

(Discurso interrompido por término do horário estabelecido.)

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Muito obrigado, doutor Salomão.

A presidência, para evitar qualquer dúvida, acolheu o requerimento da doutora Ana Blasi no sentido de registrar em ata a sua manifestação.

Em relação à ordem de votação, a presidência responde com o artigo 231, do Regimento Interno, que diz o seguinte: "As proposições terão preferência para discussão e votação na seguinte ordem:

(...)

XIII - projeto de decreto legislativo; e

(...)

§ 1º Entre as proposições compreendidas na mesma categoria, conforme nominadas em cada inciso, será obedecida a ordem numérica da menor para a maior."

Respondida a questão de ordem, tem a palavra o procurador de sua excelência o Governador do Estado de Santa Catarina, doutor Marcos Fey Probst, por até quinze minutos.

O SR. MARCOS FEY PROBST - Excelentíssimo senhor Presidente, Deputado Estadual Julio Garcia, na figura do qual eu cumprimento todas as senhoras Deputadas e todos os senhores Deputados do Estado de Santa Catarina. É uma honra estar aqui presente, em nome do senhor Governador do Estado, Carlos Moisés da Silva, que de forma muito respeitosa nos honrou com a missão de defendê-lo perante vossas excelências.

Pois bem, coaduno de forma plena com todas as palavras da defesa da senhora Vice-Governadora que me antecedeu, muito bem feitas pelos queridos colegas doutora Ana Blasi e doutor Salomão Ribas Junior, os quais cumprimento. Ratifico todas as palavras e passo aos fatos propriamente ditos.

A questão central aqui, senhoras Deputadas, senhores Deputados, diz respeito ao Processo PGE

4.421/2019, o famoso processo administrativo que transitou no âmbito da Procuradoria-Geral do Estado, órgão competente, órgão competente, nos termos da Lei Complementar 317, de 2005, artigo 4º, incisos XIII e XV, órgão competente para analisar pleitos de tal natureza. O processo é dado entrada a pedido da Aproesc, a Associação dos Procuradores do Estado de Santa Catarina, tendo como causa de pedir administrativa o reconhecimento do descumprimento de uma decisão judicial transitada em julgado.

E aí que eu aproveito, e depois eu faço questão de entregar em mãos ao doutor Leandro que me antecedeu na tribuna, que figura na qualidade de acusador e que desconhece a ordem judicial que ampara o pedido da Aproesc - eu tomei a liberdade de rapidamente imprimir o Mandado de Segurança nº 2004.036760-3, da Capital, tendo como Relator o ilustre Desembargador Pedro Manoel Abreu, decano do nosso egrégio Tribunal de Justiça de Santa Catarina, cuja ementa diz: "Mandado de Segurança. Isonomia de vencimentos. Procuradores do Estado e Procuradores da Assembleia Legislativa. Exegese do artigo 196 da Constituição Estadual. Auto-aplicabilidade. Ordem concedida (...). Vistos, relatados e discutidos os autos do Mandado de Segurança nº 200403676-3, da Capital, em que é impetrante Associação dos Procuradores do Estado de Santa Catarina (...)", e segue o acórdão.

Então eu faço questão, e vejam, senhores Deputados, o quão frágil é a acusação que o acusador sequer conhece o acórdão que baliza o processo administrativo, o qual treze Procuradores do Estado manifestaram a necessidade de cumprimento da ordem judicial deste acórdão transitado em julgado. Treze diferentes Procuradores do Estado, todos Procuradores de carreira, respeitados, qualificados, se manifestaram nos autos 4421/2019, no sentido expresso, e vossas excelências têm cópia deste material, se manifestaram no sentido de que, sim, o requerimento administrativo da Aproesc a que ser deferido, visto a quebra de isonomia remuneratória assegurada numa decisão judicial transitada em

julgada nos autos referidos. Volto a chamar a atenção: treze diferentes Procuradores do Estado. Treze, todos de carreira.

Ao final desse processo - em que treze diferentes Procuradores do Estado avalizam e dizem que é caso de descumprimento de ordem judicial, é caso de reconhecimento do pleito administrativo, os autos são encaminhados à Secretaria de Estado da Administração. E faço questão de ressaltar as folhas, quando a então Procuradora-Geral do Estado encaminha os autos não ao Governador do Estado, porque não é a autoridade responsável para tal fim, mas, sim, à Secretaria de Estado da Administração, responsável para o cumprimento de ordem judicial. E a folhas 107 do processo PGE nº 4.421/2019, o Secretário de Estado da Administração, Jorge Tasca, assim se manifesta, abro aspas: "Tendo em vista os termos e fundamentos do Parecer PGE nº 365/2019, da lavra da Consultoria-Geral da Procuradoria-Geral do Estado, devidamente acolhida pela Procuradora-Geral do Estado, determino a remessa dos autos à Diretoria de Gestão e Desenvolvimento de Pessoas para cumprimento de decisão judicial."

E as verbas são pagas, senhores Deputados, senhoras Deputadas, assim como rotineiramente ocorre em outros tantos cumprimentos de decisões judiciais, sejam em caráter definitivo, sejam em caráter liminar, pelo Estado de Santa Catarina. Vejam, qual o ato que o Governador do Estado praticou?

Esses dias conversando com um Deputado ele me fez o seguinte questionamento: mas, Marcos, lá no início do processo consta um "de acordo" do Governador. Onde o Governador autoriza o processamento, porque a lei estadual de 2008 exige que pedidos administrativos acima de R\$ 50 mil tenham o "de acordo", a autorização do senhor Governador do Estado para o processamento. Processamento. Eu falei: sim, Deputado, qual é a dúvida? Ele me questionou: Marcos, mas o Governador não deveria ter solicitado que alguém analisasse isso, se era caso de dar seguimento a esse processo, Deputado Zé Milton? E eu respondi:

o processo é dentro da Procuradoria-Geral do Estado, para quem o senhor Governador encaminharia? Para quem? Se o processo é dentro da Procuradoria-Geral do Estado.

E aqui eu faço um paralelo muito respeitoso, porque o Presidente da Casa sabe o respeito que eu tenho por vossa excelência, mas quando o Presidente Julio Garcia recebeu, leu o pedido de *impeachment*, este presente pedido de *impeachment*, sua excelência se manifestou de que ele estava seguindo orientação da Procuradoria Jurídica da Alesc - competente Procuradoria Jurídica da Alesc, e cumprimento os trabalhos da doutora Karula.

Vejam, a presidência seguiu orientação da Procuradoria Jurídica da Alesc, agora, quando o senhor Governador do Estado segue a orientação de treze Procuradores do Estado, ele comete crime de responsabilidade. Qual é a razoabilidade aqui presente? Como nós vamos levar adiante, na história de Santa Catarina, algo tão disforme, onde o Governador do Estado não interfere numa decisão prolatada por treze diferentes Procuradores do Estado, que reconheceram que era caso, sim, de descumprimento de ordem judicial.

Vejam, senhores Deputados, senhoras Deputadas, que a imprensa de forma significativa abordou essa matéria como uma grande incongruência e por que isso tudo soa tão estranho? Porque o próprio Ministério Público do Estado de Santa Catarina, quando a mesma pessoa que acusa no presente processo de *impeachment* representou o Governador do Estado por prática, em tese, de ato de improbidade administrativa, nos autos da notícia de fato nº 01.2020.0000823/2003, o excelentíssimo Procurador-Geral de Justiça, doutor Fernando Comin, competente integrante do Ministério Público de Santa Catarina, analisando de forma intensa, de forma latente o material, os fatos aqui imputados, deixou de forma clara manifestada a sua apreciação de que, no caso concreto, não há qualquer ato ilegal praticado pelo senhor do Estado de Santa Catarina, determinando o arquivamento, Deputada Paulinha, de plano, arquivamento de plano da acusação feita, visto a clareza da ausência de

atos ilegais. [*Transcrição e revisão: taquígrafa Almerinda Lemos Thomé*]

E abro aspas para citar sua excelência, o doutor Fernando Comin, Chefe do Ministério Público do Estado de Santa Catarina, abre aspas:

“Nessa perspectiva, ausente de qualquer conduta do Governador do Estado sobre o mérito da pretensão, não há que se falar em autuação ou anuência tendente a privilegiar determinada carreira por meio da alegada concessão indevida de paridade salarial, o que caracterizaria ato de improbidade administrativa sob a ótica do representante.

O fato de ter dado autorização para o início do processo, nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, da Lei Estadual 14.275/2008, não infere que houvesse ajuste prévio para a prática de qualquer ato ilícito e nenhum dos argumentos aduzidos na representação é capaz de sustentar essa hipótese.”

Conclui o Chefe do Ministério Público de Santa Catarina, vale repetir. Diz sua excelência: “A atribuição do Chefe do Poder Executivo, nesse caso, cingiu-se a autorizar o processamento do pedido sem incursões quanto ao mérito ou participação no seu processamento, sendo a Procuradoria-Geral do Estado alçada pela legislação de referência como órgão competente para processar e analisar o pedido.”

Senhoras Deputadas e senhores Deputados, mais claro do que isto é impossível. O Ministério Público, inclusive homologando através do seu Conselho Superior a decisão inicialmente prolatada pelo doutor Fernando Comin, através de um voto do Conselheiro doutor Newton Henrique Trennepohl, referenda as conclusões do Promotor de Justiça, Procurador-Geral do Ministério Público, no sentido da ausência de qualquer ato ilegal. Vejam, qualquer ato ilegal, sequer instauração de processo de inquérito civil foi manejado.

Posteriormente, a mesma matéria foi levada à apreciação de outro competente e experiente Promotor de Justiça, o doutor Cid Luiz Ribeiro Schmidt, que também arquivou de plano os fatos levados à apreciação pela acusação.

Então vejam, o Ministério Público do Estado de Santa Catarina atesta de forma clara, latente e em letras garrafais: o Governador do Estado de Santa Catarina não praticou ato ilegal algum no presente caso. Como ele teria praticado crime de responsabilidade? Senhoras Deputadas e senhores Deputados, qual o crime de responsabilidade praticado pelo Governador do Estado? Não existe, e não é a defesa que diz isso, é o Ministério Público do Estado de Santa Catarina que diz isso.

Prosseguindo. Como vossas excelências sabem, a defesa se socorreu de um dos maiores juristas do Brasil, doutor Antonio Cezar Peluso, ex-Presidente do Supremo Tribunal Federal, reconhecidamente uma das grandes mentes jurídicas existentes em nosso país, que em robusto parecer, analisando o caso concreto, abro aspas, conclui: "De tudo vem, em linha reta, a ostensiva inépcia da denúncia, que marea de falta de justa causa o pedido de impedimento. Daí escusaria notar, em reforço retórico, que nenhum dos atos atribuídos ao governador, no relato da denúncia, comporta juízo de reprovabilidade jurídica de qualquer espécie, seja a título de crime de responsabilidade, de crime comum, ou de improbidade administrativa. Se se tivesse oposto ao pagamento da verba cujo direito foi reconhecido por decisões judiciais revestidas de coisa julgada e concretizado em fundamentada decisão jurídica da Procuradora-Geral do Estado, ao termo de regular procedimento administrativo, teria ele, aí, sim, cometido crimes de responsabilidade, sustando, em definitivo, ordem de pagamento já suspensa por decisão cautelar e provisória do relator do mandado de segurança coletivo e, ao depois, do Pleno do TCE, sem que, até agora, haja sobrevindo decisão judiciária final das complexas quaestiones iuris (...)."

Conclui o ex-Ministro Antonio Cezar Peluso, e vejam a intensidade da sua conclusão: "Só governador leviano e irresponsável, senão despreparado, agiria doutro modo!" Lerei mais uma vez para que fique claro a todo o plenário a conclusão exarada pelo ex-Presidente do Supremo

Tribunal Federal sobre os fatos em apreciação: "Só governador leviano e irresponsável, senão despreparado, agiria doutro modo!" E se fala de cometimento de crime de responsabilidade?!

Senhoras Deputadas, senhores Deputados, há tanto mais para dizer desse processo, mas o meu tempo se exaure, tenho um minuto final e eu trago aqui para as considerações finais, Deputado Kennedy, uma lembrança muito importante de Ulysses Guimarães, querido doutor Ulysses, como chamado, político de grande envergadura em nível nacional. Deputado Titon, o que nos disse o doutor Ulysses: "A verdade poderá ser temporariamente ocultada, nunca destruída. O futuro e a história são incensuráveis."

Concluo, senhor Presidente, manifestando que, de fato, hoje é um dia histórico, mas compete a vossas excelências o desfecho, se será um dia histórico que honrará esta Casa Legislativa ou ficará marcada para os registros como uma grande mancha na história e na grandeza deste Parlamento... (*Palmas.*)

(*Discurso interrompido por término do horário estabelecido.*)

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Muito obrigado, doutor Marcos Probst.

A Presidência ratifica que cada partido poderá indicar até cinco representantes para discutir o parecer da Comissão Especial, pelo período de até uma hora. Serão chamados os oradores dos partidos de maior composição para os de menor, sem interrupções, não sendo permitidos apartes. Ratifica ainda que o Relator poderá responder aos questionamentos feitos pelos senhores Deputados em qualquer tempo, sempre que provocado.

Iniciando a discussão do parecer da Comissão Especial que autoriza a instauração de processo por crime de responsabilidade contra a senhora Vice-Governadora do Estado, Daniela Cristina Reinehr, na forma do Projeto de Decreto Legislativo 007/2020.

Consulto o eminente líder do MDB quem fará uso da palavra inicialmente em nome do partido?

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Senhor Presidente, é de imediato fazer uso da palavra ou só a indicação?

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Não, é de imediato.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - De imediato? Eu posso começar a fazer, Presidente?

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Sim. Vossa excelência está com a palavra no tempo destinado ao MDB.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Boa tarde, senhor Presidente; boa tarde, demais Parlamentares da Casa.

Essa função, efetivamente, de Parlamentar, tem algumas nuances diferenciadas que nos levam a ter posições dentro deste Parlamento. E todos nós participamos de Comissões Permanentes, Comissões transitórias e Comissões Parlamentares de Inquérito, e eu tive o sorteio de, mesmo líder da bancada, participar como membro da Comissão Especial do processamento de *impeachment*, dentre os nove Parlamentares desta Casa. E dentre os nove Parlamentares fui escolhido como Relator desse processo. Como Relator designado na presidência do Deputado João Amin, entendi que era pertinente pedir e solicitar assessoria. Pegamos a assessoria do Deputado Jessé Lopes e da nossa equipe formada por mais de sete profissionais altamente qualificados da Casa Legislativa.

Eu não vou, efetivamente, até porque não sou denunciante, não tenho qualquer pretensão para qualquer dos lados, fazer a leitura de mais de 65 laudas feita com muito carinho, com muita atenção, com muito respeito, Deputado Motta, com os preceitos constitucionais, legais, respeitando mais de 1.600 laudas acostadas nesta representação de *impeachment*.

Foram dias realmente complexos. Em menos de dez dias úteis você tem que dissecar 1.700 páginas, estratificar para os colegas Parlamentares em 60 laudas o que, efetivamente, estava acontecendo. E mais, além de dizer o que estava acontecendo, analisar se o autor ou o denunciante tinha legitimidade ativa para estar

presente. Da mesma forma, ver se os denunciados tinham legitimidade passiva para estarem presentes e se haveria indícios de atos comissivos ou omissivos perante a máquina pública que pudessem ocasionar um eventual crime de responsabilidade por perda de mandato.

Eu não vou, obviamente, ler todo o relatório, vossas senhorias já tiveram conhecimento, é público também, porque ele foi publicado no Diário Oficial, todos os meios de comunicação têm acesso. Então esse relatório estratificou, efetivamente, o pensamento de nove Parlamentares acerca desse processo.

Não vou entrar no mérito propriamente dito, no conjunto probatório, porque este não é um tribunal de pronúncia, nós não estamos aqui, efetivamente, analisando o âmago da questão. Nós estamos analisando, no momento, se há indícios de crime de responsabilidade. Este fato é que, efetivamente, está transcorrendo.

Então, diante desse fato, em virtude de eu ser líder da Bancada do MDB e ser Relator, senhor Presidente, eu só vou, efetivamente que muito citado foi, e eu também confio muito... Mas ontem eu estava lendo a Bíblia e na Bíblia foi citado duas vezes, pastor Motta, Ismael - eu não ia citar, mas eu tirei daqui, efetivamente, estratifiquei aquilo que pode representar o momento: o reino de Uzias de Judá.

Uzias tinha um exército de homens prontos para a guerra, eles marchavam para a batalha em grupos organizados de acordo com a lista que estava aos cuidados do escrivão Jeiel e do oficial Maaseias. O chefe desses dois homens era Ananias, um dos generais do rei. O exército era comandado por 2.600 chefes de família, todos eles soldados valentes. Eles comandavam um exército poderoso, de 307.500 mil soldados que estavam à disposição do rei nas suas lutas contra os seus inimigos. Uzias armou seus soldados com escudos, lanças, capacetes, couraças, arcos, flechas e fundas para atirar as pedras. Em Jerusalém, os seus engenheiros construíram máquinas de guerra que

eram postas nas torres e nas esquinas das muralhas a fim de atirarem flechas e pedras grandes.

A fama de Uzias se espalhou por toda parte e ele se tornou muito poderoso, pois Deus o ajudava. Porém, quando se tornou assim poderoso, Uzias ficou cheio de orgulho e essa foi a sua desgraça. Ele pecou contra o Senhor, seu Deus, pois entrou no templo para queimar incenso no altar do incenso. O grande sacerdote, Azarias, e oitenta sacerdotes corajosos entraram atrás do rei e o enfrentaram dizendo: oh, rei, o senhor não pode queimar incenso ao senhor Deus. Só tem esse direito os sacerdotes, os descendentes de Aarão, que foram separados para esse serviço. Saia deste lugar santo, pois o senhor pecou contra Deus e por isso ele não vai abençoá-lo. Ao ouvir isso, Uzias ficou furioso com os sacerdotes. Ele estava ali no templo, perto do altar do incenso, segurando o queimador de incenso, e no momento em que ficou furioso uma doença contagiosa da pele apareceu na sua testa. Azarias e os sacerdotes, vendo que ele estava com aquela terrível doença, o expulsaram imediatamente do templo e ele mesmo tratou de sair depressa, porque o senhor Deus o havia castigado.

Digo isso porque fiz tudo com a minha consciência, não sou denunciante, não somos denunciantes, não somos parte ativa do processo e estamos aqui, eleitos pelo povo, para efetivamente fazer aquilo que é de direito, seja legislar ou seja, neste momento num tribunal político, julgar.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Mais algum Deputado do MDB inscrito?

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - Não, senhor Presidente. Obrigado.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - O próximo partido é o PSL.

Deputado Sargento Lima, líder do partido, quem falará em nome do partido?

O SR. DEPUTADO SARGENTO LIMA - A Deputada Ana Campagnolo.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Tem a palavra a Deputada.

A SRA. DEPUTADA ANA CAMPAGNOLO - Obrigada, senhor Presidente. Boa tarde, senhores Deputados, imprensa, augustos advogados que defenderam tanto a parte do Governador quanto a parte da Vice-Governadora.

Agradeço a missão repassada pelo líder da bancada bolsonarista de expressar nossas razões, deixando claro que me faço ouvir em nome de todos os Deputados conservadores da nossa bancada. Acredito que essa missão foi a mim repassada por ter sido a única Deputada deste Parlamento que teve, pela acusada, no caso deste PDL, a Vice-Governadora Daniela Reinehr, alguma proximidade e amizade pessoal.

É com profunda tristeza que escolhemos as palavras que serão ditas hoje. Mas são também necessárias diante das especulações em nível regional, estadual e nacional.

Antes de mais nada, convém esclarecer a todos os eleitores catarinenses que o *impeachment* não se conclui hoje, que o julgamento não será encerrado hoje e que estamos prestes a ver este processo passar para uma Comissão Mista de Desembargadores e Deputados, estes, sim, dando ao processo um caráter tanto jurídico quanto político. Hoje serão votados apenas os projetos de decreto legislativo com o início de um processo de investigação por crime de responsabilidade. Então esta não é a nossa última palavra nem a nossa última decisão.

Bom, a Vice-Governadora Daniela Reinehr alega em sua defesa, tanto nos processos quanto na mídia, através da televisão, rádio, Internet e redes sociais, três principais tópicos, endossados também por seus apoiadores. E diga-se, é importante ressaltar, que a nossa Vice-Governadora buscou apoio também em Deputados Federais, em Ministros, inclusive fora de Santa Catarina. Endossados por seus apoiadores, a nossa Vice apresenta três argumentos principais.

Do ponto de vista legal e jurídico, a Vice-Governadora Daniela alega ser jurídica e administrativamente inocente. Do ponto de vista político, a nossa Vice-Governadora disse que foi traída pela bancada bolsonarista catarinense e que

está rompida com o governo Moisés há meses. E há ainda um terceiro argumento que temos visto e muito tem incomodado a nossa bancada, que é o argumento de que os Deputados que votam contra a Vice-Governadora poderiam ou deveriam ter feito acordos escusos e imorais com o Presidente desta Assembleia, o senhor Deputado Julio Garcia.

Em suma, essas são as principais alegações que circundam a respeito desse PDL contra a Vice-Governadora, algumas alegações da parte dela, outras de seus advogados e outras de seus apoiadores.

O objeto de ilicitude sendo analisado nesta questão, que já foi muito bem exposta pelos advogados, tanto do denunciante quanto dos denunciados, é uma decisão administrativa que foi tomada pelo Governador e cancelada pela Vice-Governadora. Um primeiro pedido de *impeachment* foi apresentado e arquivado, o de nº 73. Em sua defesa, neste processo de *impeachment* que foi arquivado, a Vice-Governadora se comprometeu um pouco mais e se complicou ainda mais.

Neste processo que nós estamos avaliando, na página 11 do projeto de decreto legislativo, nós lemos: "O Denunciante trata de forma individual a conduta de cada um dos Denunciados, relatando as ações e omissões as quais qualifica como crime de responsabilidade, imputando-as inicialmente à Vice-Governadora do Estado de Santa Catarina, posteriormente ao Governador do Estado e, por último, ao Secretário de Estado da Administração."

O senhor Presidente Julio Garcia já respondeu esta questão que foi indagada pela advogada Ana Blasi, mas, só para pontuar, isso também está registrado na página 11 do relatório apresentado pela Comissão de *Impeachment*.

Também nesse relatório nós lemos, na página 14 do documento virtual, o seguinte trecho: "Aponta, ainda, que a Vice-Governadora, em ato doloso, ou seja, intencionalmente, encampou a ilegalidade da verba de equivalência ao defender expressamente a sua existência e efeitos, após longo arrazoado firmado de próprio punho nos autos do Processo de *Impeachment* nº 0073, em manifestação nas fls. 208-

248 daquele procedimento, equivalente às fls. 275-315 (...).”

Do ponto de vista jurídico, primeiro argumento levantado pela Vice-Governadora, pelos seus advogados e pelos apoiadores, nós vemos que ela alega em sua defesa quatro pontos. O primeiro, o pagamento da verba de equivalência seria legal e, por isso, foi feito; dois, ficou curto período na interinidade do governo do Estado, então não teve tempo hábil para verificar a irregularidade, apesar de ter sido avisada sobre isso; três, teria incidência o “princípio da confiança do administrador em sua equipe técnica”; e quarto ponto levantado por ela e a sua defesa, a competência para examinar a legalidade da dita verba de equivalência não seria dela e, sim, da Procuradoria-Geral do Estado e da Secretaria da Administração.

Bom, fazendo-me ouvir em nome dos nossos Deputados conservadores e bolsonaristas, vamos responder a esses quatro tópicos da seguinte forma: o primeiro, ao dizer que o pagamento da verba de equivalência é legal, a Vice-Governadora assume a defesa do ato praticado pelo Governador, ou seja, a nossa Vice-Governadora defende o ato que o Governador tomou, que praticou ao mandar pagar. O ato, porém, é ilegal, como já decidiu o nosso Tribunal de Justiça.

Esse é um ponto que é jurídico, mas que também é político, e aqui eu acredito que me faço representar mesmo por todos os meus colegas que estão, neste dia especialmente, ofendidos com especulações a nosso respeito.

Apesar de nós termos alertado a nossa Vice-Governadora, todos nós, Deputados conservadores e bolsonaristas, inúmeras vezes quando frequentamos a sua casa ou falamos com ela pessoalmente, como amigos ou não, ela sempre foi reticente, displicente, lenta e tímida demais em combater o Governador, isso em absolutamente todas as práticas em que nós chegamos até ela para contestar. Não apenas neste caso, mas esse caso não nos admira, porque esta era uma postura comum. O comportamento condescendente da Vice-Governadora

em relação ao Governador sempre incomodou os Deputados que eu represento neste pronunciamento.

Não nos surpreende que ela seja corresponsável, pois em meses de convivência e amizade que tivemos, sempre demonstramos estar inconformados e cobrando da nossa Vice-Governadora que tomasse posturas mais significativas contra as ações e declarações do Governador. Não estamos obviamente dizendo que ela não tomou postura nenhuma, em inúmeros momentos a Vice-Governadora escreveu uma nota, mandou um recado para a imprensa, fez uma publicação tímida na Internet, mas, enfim. E em todas as vezes que cobrávamos da nossa Vice-Governadora, falo isso em nome dos Deputados bolsonaristas, uma postura mais firme, nós ouvimos dela que não queria queimar pontos com o governo, que não queria provocar o Governador ou usava a justificativa que não poderia desrespeitar as instituições, entre outras desculpas.

E apenas para dar um exemplo aos senhores e também mostrando a nossa imparcialidade neste caso, no início do ano de 2019 nós tivemos o primeiro imbróglio que afastou os Deputados conservadores do Governador Moisés, que foi quando ele, por causas ideológicas ligadas a um pensamento ambientalista, decidiu, de uma forma soberba, como disse o Deputado Vampiro, taxar os agrotóxicos - a nossa Vice-Governadora, além de ser advogada é produtora rural, diz-se conservadora, bolsonarista e se dizia do nosso time. E nós a procuramos para fazer uma publicação na Internet com fotos de três Deputadas, de três políticas catarinenses conservadoras e bolsonaristas atacando o Governador de uma forma muito leve e respeitável. Eu, Deputada Ana Campagnolo, e a Deputada Caroline de Toni convidamos a Vice-Governadora a figurar em uma publicação que nós colocamos no Instagram, Unidas pelo Agronegócio, Daniela, Ana Campagnolo e Caroline de Toni (*mostra imagem*). Nesta publicação, vejam, não há absolutamente nenhuma violência contra o Governador, apenas estamos dizendo: Unidas pelo Agronegócio, uma forma muito simples e singela de manifestar a nossa

desaprovação aos atos do Governador. [*Transcrição e revisão: taquígrafo Eduardo Delvalhas dos Santos*]

Neste dia, na ocasião desta publicação, apenas para que o eleitor entenda o posicionamento dos Deputados da Casa que são do Bolsonaro, nós tivemos que fazer essa publicação de certa forma sem autorização da Vice-Governadora. Pois ela mandou uma mensagem no Instagram, e para respeitar a ética obviamente não vou expor a mensagem da Vice-Governadora, mas ela escreveu dizendo que não deveríamos publicar essa postagem para não provocar o Governador. E eu pergunto aos senhores que estão vendo essa publicação, Unidas pelo Agronegócio, se ela é provocativa, se ela é violenta ou se ela é extremista. De forma alguma.

Esse episódio eu cito enquanto explico as razões jurídicas do primeiro tópico apenas para demonstrar como nós, Deputados do Bolsonaro, Deputados conservadores, várias vezes tentamos incitar a Vice-Governadora a tomar uma atitude mais drástica contra o Governador, atitudes essas que sempre eram postergadas, ou eufemizadas, ou adiadas por justificativas como essa que eu disse, que não podia desrespeitar as instituições, que não queria queimar pontos, que não queria provocar. E essa foi exatamente a palavra que a Vice-Governadora usou no Instagram falando comigo, que não queria provocar o Governador, pois achava que podia convencê-lo gentilmente. Enfim. Da mesma forma, acredito que esse foi um impulso que a levou a não querer provocar o Governador revogando ou tomando uma atitude contra o ato aqui denunciado.

O segundo argumento da Vice-Governadora é o fato de ter ficado pouco tempo na interinidade. Esse é um argumento absolutamente irrelevante, pois tinha o dever de velar pelo cumprimento da lei e pela proteção do erário, em especial na posição de ordenadora de despesa, não importa por quanto tempo assumisse.

E é importante mencionar que, quando se assume o cargo de Governador interino, você o faz pelos bônus e pelos ônus, e a nossa Vice-Governadora

sempre esteve muito satisfeita em dizer que foi a primeira Governadora interina mulher, então levava para si os bônus do cargo, o prestígio; deveria, portanto, levar também o ônus - não que eu considere que ser uma mulher Governadora, como foi citado aqui em alguns momentos a respeito do sexo, pelo fato de ela ser mulher, seja relevante, porque não faz absolutamente diferença alguma ser mulher ou não neste caso.

Terceiro: ao mencionar o princípio da confiança na equipe, a nossa Vice-Governadora confirma que se omitiu em cumprir o seu dever. Aqui ela nos diz que não cumpriu por várias razões, que não cumpriu porque era missão de outro, que não cumpriu porque teve pouco tempo e agora diz que não cumpriu porque confiou na sua equipe. Já que a responsabilidade final dos atos é dela, essa justificativa não me parece razoável. E mais, se nós aceitássemos tal desculpa, isso implicaria, de modo indireto, isentar também a figura do Governador do Estado de qualquer responsabilidade que recairia sobre os seus subordinados. Ou seja: se a Vice-Governadora pode dizer que não cometeu erro nenhum porque confiou em seus assessores, então por que não poderia também o Governador dizer a mesmíssima coisa e ser absolvido do processo?

A quarta alegação é a da competência da Procuradoria ou da Secretaria da Administração, e ao apresentar essa tese ela está somente renovando a tese de que a responsabilidade não é dela, o que sabemos que é.

O Ministro Moreira Alves, do STF, no acórdão do Mandado de Segurança nº 20.335, afirmou: "Contrapõe-se, entretanto, às alegações oferecidas o fato de ser o Ordenador de Despesa, via de regra, o dirigente de uma Unidade Administrativa, conforme, aliás, ocorre no caso; e sendo assim ele estará legalmente obrigado a exercer a fiscalização hierárquica sobre os órgãos inferiores da mesma administração, forma de controle essa que visa a ordenar, coordenar, orientar e, inclusive, corrigir as atividades de tais órgãos.

(....)

Vê-se, pois, que, em tema de Direito Financeiro, mais particularmente, em tema de aplicação de dinheiros públicos, a responsabilidade do Ordenador de Despesa pelas irregularidades apuradas se presume, até prova em contrário, por ele subministrada."

Assim, a autoridade substituta que assume interinamente posição de ordenador de despesa tem, sim, o dever jurídico de zelar pelo emprego do dinheiro público, e ainda mais quando avisada, notificada e cientificada, como foi o caso da Vice-Governadora. Mais do que não poder se escusar jogando a responsabilidade sobre os seus subordinados, tem o dever jurídico e ético para com a administração de fiscalizar e corrigir os erros dos subordinados, se for esse o caso.

Além disso, como estabelece o Código Penal, no artigo 29: "Quem, de qualquer modo, concorre para o crime incide nas penas a este cominadas, na medida de sua culpabilidade."

Portanto, a Vice-Governadora, ao assumir interinamente as funções de Governadora do Estado, foi investida, sim, de poderes e deveres, com bônus e ônus do cargo. Foi cientificada em 15 de janeiro de 2020 da provável ilegalidade cometida pela autorização de pagamento da referida verba de equivalência aos Procuradores e nada fez, omitindo-se de seu dever. E ainda, posteriormente, quando foi confrontada com o fato, a Vice-Governadora encampou o ato do Governador, defendendo a sua legalidade, dizendo, de forma no popular, que ela também o teria feito, porque considerava legal, caso fosse de sua responsabilidade. Ou seja, Daniela está sendo hoje, e a partir de hoje, finalmente responsabilizada juridicamente por uma das suas atitudes mais comuns nos últimos meses e que mais incomodava a todos nós, Deputados bolsonaristas: não ter coragem e firmeza de enfrentar o Governador do Estado, mesmo quando ele se mostrava claramente errado e mesmo quando seus pares, Deputados, imprensa ou qualquer que seja a instituição lhe informassem nesse sentido.

É verdade que a Vice-Governadora questionou algumas ações do governo, não podemos ser injustos, isso aconteceu algumas poucas vezes, e sempre, muito importante dizer, sempre timidamente, vindo a surpreender - surpreendeu a mim e acredito que aos demais Deputados também - uma única vez, quando publicou, finalmente, finalmente, uma carta de cinco páginas chamando o nosso Governador de traidor. Um sentimento que acredito não seja só por parte da bancada bolsonarista e conservadora, mas de muitos eleitores. Então, quando muito tardiamente e só após perceber que o Governador estava em vias de ser impedido, a Vice-Governadora se manifestou finalmente contra ele.

Eu, para demonstrar que não estou sendo parcial, ajudei a divulgar a carta da Vice-Governadora em um vídeo que está nas redes sociais com o título "Carta da Vice ao Governador". Eu gravei um vídeo de dez minutos parabenizando a Vice-Governadora por ter finalmente tomado uma postura em relação ao Governador.

E aqui cabe, então, entrar nas questões políticas.

Nós falamos de quatro pontos jurídicos da alegada defesa da Vice-Governadora e demonstramos como a nossa bancada não concorda com os seus argumentos de defesa e que ela, sim, cometeu crime de responsabilidade. Mas, finalmente, nós podemos chegar agora ao ponto de vista político, e esse é um argumento muito recorrente da parte da Vice-Governadora e dos seus apoiadores de dizer que ela foi traída pelos Deputados, por alguns Deputados em específico, pelos que deveriam apoiá-la, que ela considera fazerem parte da bancada do Bolsonaro, no caso, exatamente os Deputados que eu represento neste pronunciamento.

Bom, é preciso esclarecer aos demais Deputados, porque não tivemos ainda tempo de falar sobre isso, mas também aos nossos eleitores que a nossa Vice-Governadora, desde que entrou em perigo de ser impedida ou cassada, adotou um duplo discurso, um duplo pensar, uma forma dupla de agir.

Primeiramente, com o susto do *impeachment*, o medo de ser relacionada ao Governador e de ser responsabilizada, tentou colar a imagem de ser totalmente inimiga do Governador. Nesse ponto, todos nós, Deputados conservadores de oposição ao Moisés, concordaríamos com ela e até a parabenizaríamos, se fosse o caso. Esse é um dos discursos dela.

Porém, num segundo momento, percebendo que não conseguiria sair ilesa do processo de *impeachment* e não tendo conseguido avanços com os Deputados aqui da Casa - e não falo só dos Deputados bolsonaristas, mas de todos -, tentou então eufemizar ou diminuir as discordâncias que tinha com o Governador Moisés, dizendo claramente em entrevistas que se aproximou do Governador Moisés, aquele que nós consideramos um traidor, nas últimas semanas. E ela, de fato, aproximou-se dele. Para tanto, eu quero mostrar algumas notícias que temos visto.

Uma delas é esta: "Daniela pode salvar Moisés do *impeachment*". Matéria publicada no dia 12 de setembro de 2020, que nos diz que os Deputados perceberam que a Vice seria... podendo ser... supostamente, o jornalista supõe, obviamente, que os Deputados iriam votar pela permanência do Moisés caso houvesse algum risco de a Vice-Governadora assumir. Ou seja, passou, de um momento para outro, ser conveniente ao Governador aliar-se à Vice-Governadora e ser igualmente conveniente à Vice-Governadora aliar-se ao Governador. Assim sendo, a Vice-Governadora está jogando em dois times ideológicos políticos, vendendo, de um lado, um discurso para a militância bolsonarista de que é uma conservadora aliada ao Bolsonaro e que rompeu com o Governador Moisés, e, de outro lado, um discurso para se safar juridicamente.

Nesse discurso para se safar juridicamente, em uma outra entrevista, a gente lê que a Vice-Governadora reconhece estar se aproximando do Governador Moisés. A matéria foi publicada um dia antes desta daqui, pelo Upiara Boschi, no dia 11 de setembro de 2020, na qual nós lemos o seguinte:

os processos de *impeachment* em andamento, que atingiram a ambos, tanto Governador quanto a Vice, acabaram reaproximando a dupla Moisés e Daniela, eleitos em 2018, tudo isso pela necessidade de juntos sobreviverem à crise política.

Essa informação eu acredito que não está chegando ao eleitor catarinense, que está confuso, ouvindo de um lado o discurso de que a Vice-Governadora Daniela teria rompido completamente com o Governador Moisés e que, portanto, é completamente inocente, não apenas inocente, como tem a moral ilibada, não tem absolutamente nada a ver com nada, e, de outro lado, nós temos visto essa aproximação se confirmando nas entrevistas que a própria Vice-Governadora dá.

E para não correr o risco de dizer que estou usando matérias de jornalistas e que os jornalistas dizem o que querem, que isso não foi dito pela própria Vice-Governadora, eu quero que os senhores se lembrem também da entrevista concedida no dia 30 de agosto de 2020, no SBT Meio-Dia, quando Prisco Paraíso entrevista a nossa Vice-Governadora. Nós tivemos o trabalho de transcrever um pedaço dessa entrevista, porque fomos comunicados pela assessoria que era impossível transmitir em vídeo.

O jornalista Prisco Paraíso pergunta à nossa Vice-Governadora: "A senhora estava rompida política e administrativamente com Carlos Moisés, com várias manifestações públicas, críticas ao governo." Então, a Vice-Governadora responde o seguinte: "Nestas manifestações que eu fiz, que eu contrariei decisões e que eu questionei algumas decisões que estavam sendo encaminhadas, eu sempre o fiz de uma forma muito respeitosa, mas muito firme, porque eu não podia corroborar com as situações que aconteceram, mas eu nunca vi isso como um rompimento." E, não bastando para a nossa Vice-Governadora dizer uma vez que ela não havia rompido com o Governador Moisés, na sequência da entrevista ela diz uma segunda vez: "Então uma coisa são decisões específicas e não um rompimento."

Nessa entrevista de agosto, duas vezes a Vice-Governadora diz que não rompeu com o Governador Moisés, e esses esclarecimentos são extremamente importantes para que o nosso eleitor catarinense saiba que não estamos falando de uma bolsonarista traída por outros bolsonaristas.

Além disso, a nossa Vice-Governadora Daniela conta com a atuação da advogada Ana Blasi, que fez um excelente pronunciamento cumprindo o seu dever em defesa da Vice-Governadora. A advogada foi uma das primeiras a se manifestar em defesa do Governador. Em 14 de janeiro de 2020 nós lemos uma matéria publicada pelo Moacir Pereira, que diz: "Advogada Ana Blasi descarta impeachment do Governador." Isso em uma época em que a nossa Vice-Governadora dizia estar completamente rompida e ter uma inimizade inabalável com o Governador.

Ao mesmo tempo, além de contar com a atuação da advogada Ana Blasi, conta também com uma advogada que nós popularmente conhecemos como a advogada do Bolsonaro: a Deputada Karina Kufa. Essas duas advogadas escolhidas com todo o respeito pela Vice-Governadora demonstram materialmente esse duplo pensar, esse duplo discurso político. A intenção de colocar Karina Kufa como sua defensora não é outra se não, obviamente, a de colar na Vice-Governadora o selo de protegida do Presidente Bolsonaro, selo esse que não se verifica na prática, pois sabendo o Brasil todo que hoje se daria uma votação importante no processo de *impeachment* da Vice-Governadora, o Presidente da República não se pronunciou em suas redes sociais em momento algum em defesa dela.

Sabemos também que ao mesmo tempo em que Daniela diz ser uma bolsonarista, o Governador Moisés diz ser um antibolsonarista. Nas suas primeiras entrevistas no início do mandato ele já começou a menosprezar, a vilipendiar e a soltar indiretas contra o Presidente Bolsonaro. Então nós temos aqui sendo avaliado nesta data um Governador que claramente detesta o Presidente da República e uma Vice-Governadora que gosta do Presidente da República.

Portanto, os argumentos que se espalham por aí segundo os quais o *impeachment* da Vice-Governadora se deve ao fato de ela ser bolsonarista e os Deputados desta Casa terem desprezo pelo conservadorismo ou pelo Presidente Bolsonaro, não se sustentam, pois ao mesmo tempo em que pretendemos tirar uma Vice-Governadora do Bolsonaro, pretendemos também tirar um Governador antibolsonarista. Então, esse argumento ideológico não se fundamenta.

E o mais ultrajante de todos os argumentos - eu imagino que represento não apenas os Deputados da minha bancada, mas outros Deputados aqui desta Casa que eu sei que votaram no Bolsonaro, que são bolsonaristas e que são conservadores - é o terceiro e último argumento da Vice-Governadora e de seus apoiadores.

Apenas para lembrar os senhores: do posto de vista legal, ela alega inocência; do ponto de vista político, alega ser traída; e há, ainda, um terceiro argumento que circula por aí, de que os Deputados da Assembleia teriam feito acordos imorais e escusos com o Presidente da Assembleia Legislativa. Eu não vou falar por todos os Deputados da Assembleia, porque eu não tenho essa autorização, porque não é meu dever, nem minha responsabilidade, mas fui incumbida pelos Deputados da minha bancada a dizer que esse argumento é uma ofensa e afasta ainda mais qualquer intenção de todos nós, Deputados, termos pela Vice-Governadora algum tipo de solidariedade diante das acusações que vem sofrendo.

É fundamental dizer que nós, Deputados do Bolsonaro, Deputados conservadores desta Casa, ficamos sangrando aqui nesta Casa por um ano e nove meses com um Governador que nos traiu, e mesmo antes de ele nos trair, nenhum de nós exigiu de um Governador que era nosso, do nosso partido, cargo, vantagem ou qualquer coisa. Não exigimos absolutamente nada, nem mesmo de alguém que nos devia, porque nós trabalhamos para ele! Nós nos elegemos antes dele, estávamos com a eleição ganha, podíamos ter ido para casa, para o Caribe, viajado com a esposa, ido na casa do pai, mas

saímos depois de eleitos para fazer campanha para um completo desconhecido, e nem assim nós cobramos deste Governador, deste "Desgovernador" cargo algum, muito menos fizemos acordo com o Presidente da Assembleia Legislativa.

E se existe algum culpado ou qualquer culpado, e se existem aqueles que consideraram uma estratégia ruim ou um rumo ruim para Santa Catarina que o nosso Presidente da Assembleia seja Governador, que essa culpa recaia sobre o Governador e a sua Vice pelo tipo de governo ou desgoverno que exerceram até o momento, e não em cima de nós, Deputados, porque eu, até o momento, não votei no Presidente Julio Garcia para ser Governador; votei no Moisés que, inclusive, traiu a todos. Nenhum de nós, tenho convicção, fez qualquer tipo de acordo, e é absolutamente uma ofensa que esse argumento seja usado contra esta Casa, dizer que os nossos motivos para prosseguir esse impedimento são motivos imorais, ainda mais depois de um histórico de um ano e nove meses de presepadas.

Então, senhor Presidente, esses são os nossos três principais argumentos em defesa do voto que a bancada bolsonarista e conservadora dará no dia de hoje.

Muito obrigada.

O SR. DEPUTADO SARGENTO LIMA - Deputado Jessé Lopes, vossa excelência está com a palavra.

O SR. DEPUTADO JESSÉ LOPES - Boa tarde, Presidente, boa tarde a todos os Deputados, a todos que nos acompanham pela televisão e que estão aqui presentes.

Eu quero ser muito delicado neste momento, não costumo ser muito, mas neste momento eu vou ser, porque hoje eu tinha definido que não iria me manifestar na questão da Vice-Governadora por questão de respeito, mas pelo que aconteceu ontem, eu não tenho outra alternativa a não ser explicar para as pessoas o que está acontecendo, tanto tecnicamente como algumas questões políticas, até porque eu preciso me defender dos ataques grotescos, a maioria deles de comissionados desse governo que foram lá nas minhas páginas me chamar de traidor. Isso para mim é imperdoável.

Primeiramente, acho que um dos piores argumentos que eu ouvi aqui, com todo o respeito ao advogado do Governador, é dizer que o Julio Garcia foi lá pedir orientação da Procuradoria-Geral aqui da Casa e acatou a decisão de acordo com a decisão deles, e por que o Governador não poderia fazer isso também? Esse é o pior argumento que eu já ouvi. Se eu chego lá para a minha assessora jurídica e falo assim: advogada, dá uma olhadinha aqui para mim, se eu fizer isso aqui, vai dar ruim para mim? E ela disser assim: não, não vai dar ruim, pode fazer. Eu vou lá e faço e dá ruim, não é ela que vai pagar, sou eu! É óbvio!

E por que os Procuradores, se eles estavam tão certos do que eles queriam, por que não foram direto fazer o pedido de aumento através das vias administrativas? Por que eles vieram aqui na Casa antes? Por que eles tentaram por aqui antes? Porque era o certo! Só que o Governador vetou em maio... em junho na reforma administrativa. Ele disse: não, não temos dinheiro, não posso. E vetou o pedido de aumento que, inclusive, foi debatido aqui na CCJ, na Finanças. E o Governador vetou dizendo que não tinha dinheiro em junho! Não tinha dinheiro! Aí, um processo totalmente administrativo, oculto, que ninguém sabia, o povo não sabia - porque quando vem para esta Casa o povo sabe o que se passa aqui, o que está se pedindo, o que está circulando - do próprio governo e, de repente, saiu um aumento. Para o que há quatro meses não tinha dinheiro, agora tinha dinheiro! Isso não é irresponsabilidade?

Então, em outubro, iniciaram-se os pagamentos. Em janeiro a nossa querida Vice-Governadora, com todo o respeito, sempre fui muito solícito a ela, ela sabe, conversamos ontem inclusive por 45 minutos e expliquei para ela toda a situação e ela sabe. Mas se aqui há ou não um crime de responsabilidade, não dá para saber ainda, e por que não dá para saber? Porque nós precisamos investigar mais. Todo mundo aqui é de acordo. Se eu disser aqui que não, para nós acabarmos, estamos dizendo: não, não teve. Isso é irresponsabilidade. Então, se a gente disser

assim: tem indícios, tem resquícios de irresponsabilidade, vamos votar para que seja de novo apurado, investigado, que continue o processo, isso é ser responsável, porque lá na comissão mista vai de novo, vão levar mais provas, vai ter oitiva, vai ter uma ampla defesa muito maior que a que teve aqui na Casa, que é uma Casa política também, as pessoas fazem uma avaliação política, porque aqui é uma Casa política. Mas teve, sim, um crime de... teve indícios, resquícios, né, de irresponsabilidade. Passou por cima da Assembleia Legislativa e fez lá.
[Transcrição: Lucas Valente Munhoz Madeira /
Revisão: taquígrafa Sibelli D'Agostini]

E onde entra a Vice nisso? Ela assumiu o governo em janeiro. Não estamos falando dela como Vice, ela assumiu o governo em janeiro, e em janeiro entrou o pedido de processo de *impeachment*, no dia 15 ela o recebeu. Então, quando ela recebeu, na mão dela, ela [deveria falar] assim: não, esse processo tem coisa errada, porque... Então ela sabia, estava ciente. Além disso, ela assinou um documento de próprio punho dizendo: não, está tudo certo, está o.k., esse pagamento é devido, tem que continuar.

Então, como eu vou dizer que uma coisa supostamente irregular não é corrupção? Irregular, irresponsabilidade, não sei, [seja lá] como queiram dizer. Como eu vou dizer que ela não tem culpa se ela assinou? Se eu disser que ela não tem culpa, o Moisés também não tem culpa, porque é mais ou menos a mesma culpa que eles estão levando aqui nesse sentido.

Em fevereiro o Desembargador Pedro Abreu falou assim: não paguem os retroativos. O Tribunal de Justiça falou: não paguem os retroativos. Mas os pagamentos continuaram. Se alguém fala para ti para não pagar os retroativos, tu não vai pensar assim: opa, tem coisa errada, não é para pagar os retroativos. Mas continuaram pagando. Quanto? Pagaram R\$ 10,00, R\$ 20,00? Pagaram R\$ 800 mil por mês. Não adianta dizer que depois é só devolver. Então o cara rouba - não é esse o caso -, mas alguém rouba alguma coisa e se devolver está tudo

bem, não vai pagar pelo erro que cometeu? Aí em maio o mesmo Desembargador falou assim: para de pagar, para de pagar. E aquele pagamento de R\$ 800 mil por mês parou.

Como eu vou dizer aqui que não tem crime, que não tem crime de responsabilidade numa situação dessas? Eu não consigo dizer. O meu histórico aqui na Casa todo mundo conhece, eu sou favorável a qualquer tipo de investigação. Se quiserem abrir uma CPI para investigar o copeiro, eu vou assinar. Eu sou a favor de qualquer investigação. Eu estou sendo aqui favorável para que isso continue sendo investigado, para que vá para o próximo passo a fim de que possam se defender, levar as provas, e lá eles vão dizer com mais tecnicidade do que aqui, que também tem questão política envolvida. Esse é o meu entendimento.

Tem resquícios, tem indícios, estão ali. Se é passível de cassação? Vamos passar para a próxima fase, lá vão fazer uma ampla defesa, vão ter mais oportunidades. Se nós pararmos aqui, nós estaremos dizendo que não tem, e se tiver, como é que fica? Nós é que seremos irresponsáveis.

Esse é o meu argumento mais técnico, que é fato.

Agora, uma das coisas que mais me deixou triste: toda a movimentação... Eu falei para a Vice: essa tua movimentação vai nos colocar numa saia justa, porque é assim, assim, assim. Foram 45 minutos falando. Não deu outra: nós, aqui da bancada, sofremos ataques que nunca recebemos, eu nunca recebi. E, lógico, observei muitos cargos comissionados, assessorzinho de Deputado interessado em cargo comissionado que eu sei, dizendo traidor, traidor, traidor. Todos defendendo os seus interesses. Mas aí dizer que o Bolsonaro estava influenciando aqui, pedindo apoio, isso foi uma sacanagem!

Ligou a advogada, de quem eu gosto muito, respeito, a advogada do partido, da aliança, ela me ligou ontem à noite, porque lá no grupo eu falei que ninguém havia me ligado; quem me ligou foi um assessor de um Ministro que falou que o Presidente pediu. Isso, para mim, não tem

validade, eu mereço o respeito do Presidente, porque todo mundo sabe o quanto eu defendo ele aqui. E eu falei para ela: se ele me ligar amanhã até ao meio-dia, o que ele disser eu vou fazer, mas ele, não é fulano, cicrano, beltrano, não, se ele me ligar - eu devo o meu mandato para ele -até ao meio-dia para eu saber; ainda assim eu vou argumentar, vou tentar mostrar para ele talvez algo que ele não saiba, mas se ele bater o martelo, eu faço o que ele mandar. Não me ligou.

Então, criar uma narrativa sendo cobrado no final, o pessoal que nos segue vê aquela situação, porque não sabe quem está ali comentando e fomentando aquilo, e aí acha que realmente eu estou traíndo uma decisão do Bolsonaro. Essa é uma sacanagem que eu não perdo!

Para finalizar a minha manifestação, quero dizer que podem falar: ah, vai abrir precedente para outras cassações. Bom, se nós pararmos aqui também vamos abrir precedente para outras irresponsabilidades. Então esse é um argumento raso, inclusive o próprio governo federal deu um parecer dizendo que esse processo não interfere em nada e que, inclusive, a tentativa do Governador é que tentou interferir nos Poderes.

Então é um processo totalmente legal e eu estou só seguindo. Na questão da Vice, não tenho nada contra ela, a única coisa são os erros estratégicos que ela adotou no último dia, mas se eu disser aqui que ela não tem culpa, eu estou dizendo que o Moisés não tem culpa, obrigatoriamente, tecnicamente falando. Traidora do Bolsonaro? Não, ela gosta, eu sei que ela gosta, ela defende, mas tecnicamente a gente tem que saber que ser Governador tem suas responsabilidades. Ser Vice é figurativo, quando se é Vice não se é nada, só está ali, é figurativo, esperando para num momento certo ocupar aquela vaga. A partir da hora que tu ocupas aquela vaga ali, tu és Governador e tens o poder na mão, és Governador, não és mais Vice, não é mais figurativo.

Então, a responsabilidade desta Casa aqui é, sim, ter que passar esse processo para frente para

que se continue investigando, porque nem o Tribunal de Justiça sabe se isso é ou não é irregular, porque uma ora, como diz a advogada Blasi aqui, ele assinou lá no começo dizendo que estava certo, de repente ele não assinou mais. Se nem ele sabe, como nós vamos saber? Passa para frente e lá, com todas as defesas, amplas defesas que terão, enfim, que merecem ter e todos têm que ter esse respeito, independente... até o Governador, com todas as divergências que eu tenho com ele, passa para frente e lá que se decida, então, o rumo final desse processo.

Obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO SARGENTO LIMA - Deputado Felipe Estevão, vossa excelência com a palavra.

O SR. DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO - Os meus colegas Parlamentares foram muito precisos, e eu parabênizo aqui a fala da Ana, que representou a nossa bancada. Claro que é um momento de muita expectativa do povo catarinense e eu serei sucinto, só quero engrossar as falas da Deputada Ana, do Deputado Jessé. Na nossa bancada as nossas decisões são sempre embasadas em responsabilidade.

Ainda hoje pela manhã eu orava a Deus, pedia direcionamento pela oportunidade que Ele nos deu, Deputado Kennedy, de representar a nossa gente, o nosso povo catarinense, o nosso Estado que amamos. E são dois anos quase de presepada. Não dá mais! Olhamos os Estados circunvizinhos quebrados, Rio Grande do Sul e Paraná, e no momento em que tivemos essa oportunidade, como bem disse o Deputado Jessé, dada pelo Presidente que nos deu visibilidade e permitiu estarmos no Parlamento, o mínimo que nós poderíamos fazer e nos portar aqui, Deputado Lima, nosso líder, é ter muita responsabilidade.

Muito bem trouxe à memória a Deputada Ana o fato de quando começou aquela primeira grande presepada na questão dos insumos agrícolas. Ali toda uma indústria ficou apavorada e nós vimos a inanição do governo, inclusive da própria Vice, por quem eu tenho estima, tenho respeito. Mas hoje eu estava refletindo e disse: Deus, dai-me sabedoria. Quando assumiu um rei de Israel,

Salomão, perguntaram a ele: tu queres riquezas? Ele disse: não, eu quero sabedoria. E o reino de Israel foi, na história, um dos mais prósperos economicamente pelo governo de Absalão por conta da sabedoria. E aí, refletindo sobre a sabedoria de Salomão, Deputado Ismael, eu me lembrei quando Absalão, que era o filho do rei David - todos ouviram a história de David e o Golias -, e o filho de David faz uma tremenda revolução em Israel e assume o governo. Um conselheiro de David, dos conselheiros reais, chamado Aitofel, chama Absalão e diz: Absalão, não persegue o teu pai, para por aí, ele é homem experiente e altamente conhecedor de batalhas. Ele, iludido, arrogante, orgulhoso, prepotente, não ouve os conselhos de Aitofel e segue. Logo após ele morre em batalha e aí David volta e retoma.

Quando eu refletia sobre esse texto, o Espírito Santo iluminou o meu coração e disse: olha, nada substitui a sabedoria e a experiência. E obviamente que com as preseçadas que nós vimos uma em cima da outra, o governo que está aí não tem experiência.

Então eu deixo claro aqui ao eleitorado, que tem me cobrado: eu tenho estima, tenho respeito pela Daniela, ela sabe disso, mas neste momento nós precisamos de experiência. Santa Catarina, num momento como este de pandemia mundial, que requer muita experiência, muita habilidade, nós precisamos de experiência e o catarinense é quem está dizendo isso, nós somos apenas a voz, a ponte do povo catarinense que nos elegeu para estarmos aqui com essa grande responsabilidade que pesa sobre os ombros, mas o catarinense está gemendo e dizendo: não dá mais!

Quantos pleitos nós levamos ao governo, como bem lembrou a Ana - e passou um filme na minha memória. Nós éramos esculachados, excluídos, desprezados e desrespeitados! Pleitos que não eram do Deputado Felipe, mas eram da Laguna, eram de Tubarão, eram dos municípios do sul, eram dos catarinenses, demandas das mais simples às mais complexas, totalmente ignoradas porque o governo não tinha experiência para fazer as coisas darem

certo. Ora nós esbarrávamos na burocracia, mas a coisa ficou mais grave quando os crimes foram surgindo, como é o caso desse processo de *impeachment*. O processo é claro, eu não vou aqui entrar no detalhe técnico, não sou jurista, sou Deputado, mas lendo o processo junto com os advogados do gabinete, vejo que é claro: ambos têm culpa, têm responsabilidade e neste momento nós não seremos omissos.

Trago a reflexão de hoje: Santa Catarina precisa de experiência para liderá-la e só assim nós vamos construir a Santa Catarina que a gente merece.

Muito obrigado, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO SARGENTO LIMA - Senhor Presidente e senhores Deputados, eu não vou tentar sintetizar um ano e oito meses em quatorze minutos, não vou me dar essa difícil e árdua missão de tentar fazer isso.

Gostaria de falar para a advogada Ana Blasi, que muito bem usou da palavra e disse que seu sangue ferve quando vê uma causa a sua frente e que está pronta para defendê-la, que o meu sangue de policial também ferve diante de um quadro desses. Um para defender e outro... cada um na sua profissão.

O doutor Salomão disse que é um equívoco, que nós estamos diante de um equívoco. Não foi um equívoco, doutor Salomão. E se por acaso não prospere [esse processo], tudo pode acontecer na tarde de hoje, que o próximo equívoco - para o catarinense que está nos assistindo, de passar o salário de alguém de R\$ 28.500,00 para R\$ 33.500,00 - seja cometido com algum funcionário da área da saúde, algum professor ou com os militares estaduais. O próximo equívoco fica por conta disso.

Encerrado o tempo do PSL, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - O próximo horário é do PSD.

Deputado Kennedy Nunes.

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - Senhor Presidente, quem vai fazer uso da palavra é o Deputado Ismael, mas enquanto ele não chega,

permita-me aqui solicitar que seja incluída na ata de hoje, na minha fala, com todo o respeito e carinho que tenho, a fala da Deputada Ana Campagnolo e também dos Deputados Jessé e Felipe Estevão, como eu sempre digo, a nossa bancada bolsonarista. Então, na fala de vocês eu me sinto representado.

Vamos passar a palavra ao Deputado Milton Hobus e logo depois ao Deputado Ismael.

O SR. DEPUTADO MILTON HOBUS - Senhor Presidente, senhores Deputados e senhoras Deputadas, combinamos aqui que não iríamos nem fazer uso da palavra para que o Deputado Ismael pudesse só trazer uma reflexão e, coincidentemente, ele saiu neste horário.

Mas hoje nós vivemos um dia histórico e triste para Santa Catarina, porque o que nós estamos vendo aqui é a constatação, muito bem relatada pela Deputada Ana, pelo Deputado Jessé, por todos os Deputados que já falaram, de que vivemos uma gestão temerária em Santa Catarina, e que esse fato que nós estamos julgando hoje é um dos equívocos, mas tem muito mais. E isso Santa Catarina não merece, Deputado Sargento Lima. Santa Catarina é muito forte, Santa Catarina costuma ser um bom exemplo para o Brasil.

E nós, da nossa bancada, nós, Parlamentares aqui, temos feito isso, principalmente desde o início desse desgoverno, como bem falou a Deputada Ana Campagnolo. Nós, aqui na Assembleia Legislativa, corrigimos os rumos dos equívocos administrativos que aqui chegaram, esta Casa corrigiu para o bem de Santa Catarina. E eu espero que todos nós façamos isso hoje novamente.

Eu passo a palavra ao Deputado Ismael do Santos, que acaba de chegar.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - Senhor Presidente, Deputado Julio Garcia, excelentíssimos senhores Deputados da Mesa Diretora, cabe-me aqui o mister de tentar falar em nome do PSD - o Deputado Milton é o nosso presidente estadual, o Deputado Kennedy nosso líder nesta Casa, Deputado Julio Garcia, Deputada Marlene.

Eu serei extremamente sintético, senhor Presidente, e acho que poderia resumir o meu breve discurso num preâmbulo, mas eu preciso fazer inicialmente dois recortes. Um em relação à fala do eminente doutor Salomão Ribas, e olha que eu já li alguns de seus livros, inclusive o julgamento de Galileu Galilei, mas eu não posso ficar aqui calado quando ele diz que o Mestre Jesus esteve na cruz porque lhe faltou um advogado. Isso, teologicamente, é uma heresia. Jesus disse: ninguém tira a minha vida, eu a dou, Deputado Sopelsa. E há um texto clássico na Bíblia, João 3,16: porque Deus tanto amou o mundo que entregou o seu único filho, para que todo aquele que nele crê não pereça, mas tenha a vida eterna. Então não foi falta de advogado. De fato, o que sobejou foi amor.

Quanto ao nosso procurador aqui do Governador, eu também preciso fazer um recorte, até lembrado pelo Deputado Kennedy. A diferença dos pareceres da Procuradoria da PGE e da Alesc, senhor Presidente, é que o Governador pagou R\$ 8 milhões sem autorização legislativa; já vossa excelência, Presidente desta Casa, seguiu o parecer do que deveria ser efetivamente legal.

É claro que, senhores Deputados e senhoras Deputadas, nenhum Parlamentar se regozija com um processo de *impeachment*. E eu confesso que desejei que o Governador pudesse provar que tudo não passava, Deputado Cobalchini, de um equívoco hermenêutico ou, quem sabe, de uma sórdida maledicência. Mas não! Mas não! Mas não, Deputado Nadal. Eu li atentamente a defesa do senhor Governador enquanto membro da Comissão Especial, estava entre os nove, li a defesa da senhora Vice-Governadora, e o que encontrei foi, eu diria, um cipal de contradições.

O governo, senhores Deputados e senhoras Deputadas, enquanto poder circunstancial, enquanto poder temporário, só é governo e só deve ser governo se estiver expressamente submisso à lei - e aqui, de uma forma muito particular, à Constituição Estadual.

E eu diria, senhor Presidente, permita-me aqui citar Mahatma Gandhi: em política a vida não deve ser feita de aventuras, mas de responsabilidades. E é a isso que se propõe esta Casa nesta histórica tarde de hoje. E uso de uma brevíssima ilustração para concluir a minha intervenção: em 1850 Gustave Doré, um artista plástico, exímio ilustrador - foi ele o ilustrador das famosas Fábulas de La Fontaine -, um francês, certo dia foi convidado para fazer uma exposição em uma galeria na Suíça, Deputado Milton Hobus. Foi lá, fez suas ilustrações, foi de trem, 1850, e quando está retornando para a França, Deputado-Relator Vampiro, a quem mais uma vez quero fazer aqui os meus elogios, ao chegar na alfândega coloca a mão no seu casacão, era inverno, e percebe, Deputado Kennedy, que lhe faltava o passaporte. E ele vai até a alfândega e explica para o inspetor: olha, sou cidadão francês, estou retornando de uma exposição na Suíça, mas eu não sei se me surrupiaram ou se eu perdi o meu passaporte, mas eu preciso retornar para casa. E o inspetor olha para Gustave Doré e diz: mas como é que eu vou saber que você é Gustave Doré, eu nunca vi uma imagem sua, eu preciso de algum documento. Ele diz: mas eu não tenho nenhum documento. Mas você tem que provar que é Gustave Doré. E o inspetor tem uma sapiência naquele momento: ele pega uma folha em branco, entrega para Gustave Doré e diz para ele fazer um desenho. Gustave Doré olha pela janela, do outro lado tem algumas senhoras numa verdureira fazendo suas compras e ele, com um lápis, rapidamente desenha aquele cenário com muita precisão, de forma muito artística. E quando termina aquele desenho ele devolve para o inspetor, que o olha, aprecia e diz para Gustave Doré: você pode passar, essa folha, esse desenho é o seu passaporte.

O que eu quero dizer com isso, senhor Presidente, concluindo a minha fala? Hoje a Assembleia Legislativa de Santa Catarina recebe um passaporte, teremos um prazo hábil para desenhar uma Santa Catarina diferente dessa que está aí, onde se sobressaia a lucidez, a justiça e a

determinação. E é isto o que, enquanto Parlamentares responsáveis, nós nos comprometemos a fazer.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - O próximo tempo é do PL.

Com a palavra o líder, Deputado Ivan Naatz.

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - Senhores Deputados, senhoras Deputadas, colegas advogados - a minha profissão primeira e única -, é uma honra poder falar para tão nobres causídicos. É um momento triste para Santa Catarina, gostaria de estar aqui defendendo uma boa pauta falando em nome do meu partido, o PL, em coisas boas para Santa Catarina, de decisões importantes que precisaríamos tomar para enfrentar a crise econômica, a crise da Covid e tudo isso que vem pela frente. Mas é preciso enfrentar este passo e a Assembleia Legislativa nunca se escondeu e não vai ser agora que vai se esconder. Então o PL tem posição já definida com relação ao processo de impedimento. [*Transcrição e revisão: taquígrafa Siomara G. Videira*]

Mas antes disso tudo, é preciso fazer uma breve leitura de tudo o que se passou. Este é um julgamento jurídico-político, logo é preciso separar as falas em duas etapas. E eu começo pela parte jurídica.

De fato, senhores Deputados, há um fato determinado, o pagamento de uma equivalência salarial, que causou a Santa Catarina um prejuízo de quase R\$ 9 milhões. Esse pagamento, segundo o ordenamento jurídico brasileiro, tratando-se de verba pública, careceria de duas exigências: a primeira exigência seria a lei, ou seja, uma lei determinando o pagamento. Mas não há lei. Houve até uma tentativa de inserir na reforma administrativa tal condição, mas a lei não se concretizou. Então, não há lei de equivalência salarial entre os Procuradores da Assembleia e os Procuradores do Estado. Não há lei.

Não havendo lei, a outra possibilidade de pagamento seria por uma decisão judicial. E aí eu queria chamar a atenção de vossas excelências. A

defesa alega a existência de uma decisão judicial. Desde o início se falou de uma decisão judicial transitada em julgado, mas essa decisão transitada em julgado nunca aconteceu. Nunca! Jamais foi apresentada a tal sentença transitada em julgado.

O Supremo Tribunal Federal, em decisão muito bem anotada no relatório do Deputado Vampiro, declarou que as equivalências salariais eram inconstitucionais e, como inconstitucionais, não entram no ordenamento jurídico, nem com sentença transitada em julgado, se houvesse, se houvesse. E os Procuradores de Santa Catarina tinham conhecimento desse fato, atuaram nas ações nas quais foi declarada a inconstitucionalidade da equivalência salarial. Eles tinham conhecimento desse fato, e insistiram com o pagamento advogando em causa própria, usando das suas prerrogativas para aumentar os seus salários. É isso.

Então, não havia lei, como não há, e não havia sentença transitada em julgado. E mesmo que houvesse, o Supremo Tribunal Federal pôs uma pá de cal nessa situação dizendo que a equivalência é inconstitucional.

Pois bem, a defesa também disse que há uma decisão do TSE garantindo a legalidade do pagamento, Deputado Vampiro. Não há. Muito pelo contrário, o Tribunal de Contas já exarou sentença declarando que a equivalência e o pagamento - este pagamento - é ilegal. Tanto que a decisão do Tribunal de Contas foi anexada ao processo principal e, com base nela, se determinou a suspensão daquilo que tinha sido pago ou da ordem de pagamento.

Então, a decisão do Tribunal de Contas, vigente até hoje... E a Procuradoria ajuizou um mandado de segurança - é preciso dizer aos catarinenses - contra essa decisão que suspendeu os pagamentos e foi derrotada. E foi derrotada! O que garante, para qualquer leigo, para a Assembleia Legislativa e para qualquer pessoa que tenha um mínimo de noção de Direito, que esse pagamento é irregular e sempre foi irregular.

A outra tese da defesa é que o Ministério Público excluiu o Governador do crime de

responsabilidade em parecer que exarou o Chefe do Ministério Público de Santa Catarina. É verdade, o Ministério Público exclui o Governador do crime de responsabilidade. Do crime! Mas não é necessário que haja crime para se caracterizar a responsabilidade do administrador público. Não é necessário nem crime e sequer prejuízo se houvesse uma decisão contra os princípios da administração pública, e não houvesse sequer um prejuízo. Não haveria crime e não haveria prejuízo, mas haveria responsabilidade. Essa é a decisão do Supremo, é o Supremo que diz isso.

Então, as teses apresentadas da tribuna pelos respeitados advogados, não se sustentam, não se sustentam. E, não bastasse isso, o governo - muito bem falaram aqui a Deputada Ana Campagnolo e os demais Deputados - defende a legalidade, defende a legalidade.

No processo você tem a oportunidade de criar suas teses na contestação. Não é possível, durante o processo, inventar teses. É na contestação que a defesa faz os argumentos jurídicos que serão observados na sentença. Não é possível inovar, nem para a denúncia, muito menos para a defesa. E a defesa do Governador e da Vice-Governadora é de que há legalidade no pagamento, quando legalidade no pagamento não há.

Então, se a Vice-Governadora tomou conhecimento num dia, no outro dia, quinze dias, vinte dias... ela defendeu a legalidade. Da mesma forma o Governador, se ele foi enganado pelos Procuradores - e talvez até tenha sido -, se ele foi induzido em erro pelos Procuradores, talvez até tenha sido, mas ele defendeu a legalidade do pagamento na contestação, e isso não pode ser negado, porque isto é fato, está escrito. E se ele defendeu a legalidade do pagamento e o pagamento é ilegal, o crime está caracterizado, não há o que fazer, não há o que fazer.

Então, considerando que esta é meramente uma fase de admissibilidade, não há como se negar a continuidade do andamento do processo. Nós não estamos aqui fazendo o julgamento do mérito, nós estamos aqui fazendo o julgamento da

admissibilidade. É quando o delegado prepara as provas, leva para o Promotor, o Promotor lê as provas e diz: há indício e denuncia. E, aí, vamos iniciar a nova fase, que é o julgamento.

Então, nessa fase, senhores Deputados, eu me encontro plenamente convencido de que os fundamentos jurídicos da denúncia permitem a instalação do processo de impedimento.

Na segunda fase, e aí eu peço vênias para os meus Colegas, porque também preciso desabafar: não me digam que é golpe. Eu cheguei na Assembleia Legislativa às 13h e não encontrei uma só pessoa pelo caminho pedindo pelo Governador. Nós votamos aqui o processo de admissibilidade e não havia uma faixa na frente da Assembleia Legislativa. Nenhuma faixa! Eu cheguei hoje aqui, junto com o Deputado Berlanda - nós chegamos do almoço numa lanchonete vizinha aqui, de R\$ 19,00 o prato feito, e as pessoas de fora nem acham que a gente vai ali -, viemos caminhando, entramos na Assembleia Legislativa e não havia uma faixa em defesa do Governador.

Então, senhor Presidente e senhores Deputados, não falem em golpe! Santa Catarina está indiferente a esse processo, porque ela se sente traída, porque ela elegeu um traidor, um traidor! Um sujeito que se dizia candidato do Bolsonaro sem nunca ter falado com Bolsonaro. Traidor! Enganador! Quando foi para fazer a defesa do Bolsonaro, a primeira coisa que fez foi virar-lhe as costas. Enganou todos os catarinenses. É por isso que não tem ninguém aqui na frente. É por isso, porque ele não tem crédito para absolutamente mais nada. E desde o início, desde o início.

Lá em Blumenau ele escolhia, senhores Deputados, quem participava dos almoços com ele. Foi a Blumenau e entregou a um Deputado do partido uma lista de presença do almoço. Chegou o Presidente da Câmara de Vereadores, e como o nome não estava na lista, não pôde entrar; o Prefeito não estava na lista, não pôde entrar, porque o Deputado não botou o nome do Prefeito na lista; e também não botou o nome dos Deputados, não

convidou os Deputados para o almoço. Ignorava a Assembleia Legislativa, ignorou a Assembleia Legislativa, detesta a democracia. Esse homem não gosta da democracia, e quem não gosta da democracia não conhece a palavra governabilidade. E não pode governar o Estado quem não conhece a palavra governabilidade. Governar é ouvir, governabilidade é conversar, é dialogar, é encontrar alternativas. Dialogar é necessário para qualquer gestor.

Os seus Secretários muitas vezes fecharam as portas aos Deputados. Eu, muitas vezes, fui à Secretaria e fui chutado de dentro da Secretaria, assim como outros Deputados foram. Não entra com celular, não entra com assessor, não pode bater foto, só pode tratar do tema para o qual foi anunciada a reunião. Para falar com o Chefe da Casa Civil - agora andando com uma tornozeleira da polícia, tornozeleira de prisioneiro - tinha que falar com três pessoas antes. Todos nós passamos por essa experiência. Uma pessoa que segregava Deputados, separou por partidos, separou por ideologia, separou por posição.

Senhores Deputados, no dia 2 de janeiro eu e mais dois ou três Deputados estivemos no auditório do Centro Administrativo para assinar a lei dos despachantes, que foi uma construção coletiva desta Casa. Construção coletiva, não foi uma construção de uma pessoa ou de duas, foi coletiva a nova lei dos despachantes. Estavam os despachantes do Estado inteiro, o auditório lotado, quatro ou cinco Deputados estavam lá. Ele escolheu para subir no palanque do ato dois ou três. E, não se contentando em segregar, ele ainda disse: esses aqui ajudam Santa Catarina, aqueles lá de baixo são os que perseguem. Isso não é saber... não tem condições de governar! Não conhece a palavra governabilidade!

Não contente, ajuizou ações para que eu não votasse na CPI, porque penso... Na CPI, não, hoje. O Governador não quer que eu vote na CPI, porque penso. Ajuizou uma ação para me impedir de votar, ajuizou uma ação para impedir o Deputado João Amin de votar. Queria me cassar o mandato de forma

transversa. O que passa na cabeça de um sujeito desses?

Então, senhores, um sujeito que não gosta da democracia, não pode governar! Um sujeito que não conhece a palavra governabilidade, não pode governar! Um sujeito que não respeita as instituições, não pode governar! Um sujeito que nomeia Secretários que desrespeitam Deputados, não pode governar! Um Governador que não respeita a Associação dos Municípios, não pode governar! Um Governador que fala mal da imprensa - diz que a imprensa é vendida - não pode governar!

Eu queria, senhores Deputados, que a gente estivesse julgando aqui os respiradores, os R\$ 33 milhões que permitiram que roubassem dos catarinenses, que roubassem da Assembleia Legislativa, porque os R\$ 20 milhões que a Assembleia Legislativa deu para melhorar a vida dos catarinenses o Governador permitiu que fossem roubados. Eu queria falar da CPI dos Respiradores, dessa vergonha, da falta de governo, o dinheiro desapareceu! Eu queria falar aqui dos hospitais de campanha, que eram outro golpe! O hospital de campanha, senhores Deputados, outro golpe contra os catarinenses. Graças a Deus que a Assembleia atuou, foi para cima dos Secretários, Deputado Jessé, e impediu aquela fraude. Como se não bastassem os EPs, que também eram outra fraude. E tem o porto de São Francisco, o porto de Itapoá, enfim.

Então, preenchidas essas duas fases, a parte jurídica do fato determinado, e preenchida a fase política, porque o processo de *impeachment* é uma fusão dessas duas coisas, nós, do PL, vamos autorizar o ajuizamento do crime de responsabilidade, que de verdade é o que vai se apurar agora. Essa fase, senhores Deputados, nós vamos ultrapassar, e aí, com o auxílio dos Desembargadores, cuja paixão política certamente ficará ao largo, sua excelência o Governador e a Vice-Governadora terão a oportunidade de fazer as suas defesas, e lá certamente poderão ter - espero que não - mas poderão ter mais sorte do que tiveram aqui no Parlamento.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - O próximo horário pertence ao Deputado Fabiano da Luz, do PT.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Pela ordem, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Não há palavra...

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - O próximo Deputado é o Deputado Maurício.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - É no tempo do PL ainda? Não há palavra pela ordem. Se é no tempo do PL, tem a palavra por 41 minutos.

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - Foi esquecimento do nosso líder. Obrigado, senhor Presidente.

Eu falava esses dias com um amigo meu que estava viajando no Mato Grosso. Ele chegou na porta de uma lanchonete e tinha um garoto que pediu para ele: tio, me dá um dinheiro que eu queria comer um pastel. Ele deu o dinheiro para o guri, que entrou, foi lá e fez o lanche. Quando ele saiu, o garoto estava esperando e deu o dinheiro de volta para ele dizendo: tio, é que eu fui lá comprar o pastel e o homem da pastelaria não me cobrou. Então ele queria devolver o dinheiro. É isso, no mínimo, o que se espera do administrador público: lisura com o dinheiro público.

Eu analisei, fui encarregado pelo nosso partido de fazer parte da Comissão do *impeachment* e houve um relatório muito bem feito pelo Deputado Jessé Lopes e pelo Deputado Luiz Fernando Vampiro, mas eu estudei muito o processo - como o Deputado Ismael disse, ele também, como membro -, a defesa, os argumentos apresentados, e dentro da defesa, num momento, a Vice-Governadora diz que confiou na Secretaria da Administração e na Procuradoria-Geral. Quer dizer, se ela confiou, ela já sabe agora ou já sabia na época que não estava certo. Ali havia a denúncia de um erro e ela deveria ter agido. Falou das atribuições, das separações dos

casos, dos julgamentos individuais, da inépcia da ação, de atribuir mera omissão, mera omissão como conduta criminosa, mas dois temas me chamaram a atenção: a impossibilidade de punir quem assume o cargo de forma temporária. Ora, a qualquer tempo que eu venha a responder por um cargo público, eu sou responsável pelos meus atos. Se eu responder por um dia ou por um mês.

Nós tivemos um caso em Santa Catarina, lá em Pinhalzinho: o Vice-Prefeito assumiu temporariamente, assinou e foi condenado até no Supremo Tribunal Federal. E fato muito menos grave do que este, por um encaminhamento de uma licitação. Então, quem assume o cargo está preparado, sabe que tem a responsabilidade, e que ainda há a possibilidade de punir quem assume, e também que Vice não responde por crime do titular. Quer dizer, então o titular praticou uma ilegalidade e a Vice não responde.

A defesa do Governador procurou desqualificar o denunciante, com o que não tem o que desqualificar. É um Defensor Público, aprovado em concurso - até denúncia anônima poderia ser para apontar um fato ilegal que poderia estar acontecendo -, dizendo que é um derrotado na intenção de ir a Deputado Federal e tal; que não existem indícios de autoria e materialidade da relação entre os fatos e o crime de responsabilidade; que o recebimento da ação foi precipitado; que não tratou do mérito; que vários Procuradores analisaram o pleito da Aproesc, a Associação dos Procuradores.

Ora, quando teve uma lei da Assembleia - como foi dito pelo Deputado Jessé - o Governador vetou dizendo que não poderia pagar. E daí, inexplicavelmente, começa a pagar alguns meses depois com base num parecer. Então, é muito complicado. Ausência de ato legal, arquivamento pelo Ministério Público, inépcia, também fala...

Então, eu só queria parabenizar neste momento os colegas Deputados Luiz Fernando Vampiro e Jessé Lopes, que foram muito diligentes na análise dos fatos, analisaram dentro do enquadramento que se esperava e, com justiça, com clareza, fizeram um

relatório que não merece nenhum reparo, um relatório bem consistente.

É nos momentos difíceis que a gente conhece as pessoas, e Santa Catarina enfrentou momentos difíceis. E aí a gente pode ver quem é corajoso, a gente pode ver quem se aproveita do momento, como houve na questão dos respiradores, gente vendendo produtos por valores muito mais altos do que o valor comercial. [Transcrição: taquígrafa Maria Aparecida Orsi / Revisão: Clovis Pires da Silva]

Para finalizar, dentro dessa análise, perguntam se os Deputados iriam votar a favor ou contra. Nós não vamos votar a favor ou contra ninguém, nós temos que ser justos, nós temos que buscar a justiça. No oeste se fez um movimento, Deputado Valduga, que tinha que votar pelo oeste. Ora, se a pessoa do oeste errar, nós vamos querer que responda; se acertar, nós vamos louvar, vamos enaltecer? Não pode ser dessa forma, tentando jogar as pessoas umas contra as outras, nós só queremos que seja justo, nós queremos continuar nos orgulhando de Santa Catarina, do seu povo, da sua gente. É só isso que nós queremos.

Então o nosso voto aqui é para que seja, efetivamente, feita a justiça, e eu lamento que com tudo o que já foi noticiado de erro, de dolo, de maldade, não teve uma pessoa até hoje exonerada neste governo. O Secretário saiu, foi preso, e o Governador fez uma carta de elogio e de agradecimento a ele. Nós não podemos governar um Estado assim, nós temos que ter a bondade, mas temos que saber ter a firmeza que a importância do cargo exige. Nós estamos num governo sem controle, sem fiscalização e isso é complicado.

Não é o que nós estamos analisando aqui, estamos analisando esse projeto que, sim, houve pagamento de forma indevida com base... Se for pela Constituição de 1988, ela estabeleceu essa paridade, que inclui os Delegados também, e isso foi contestado e, como disse, já tem decisão judicial que não reconhece essa isonomia, essa paridade.

Eu comecei naquele dia da análise e do voto na Comissão Especial do *impeachment* com o Provérbio

29:2: "Quando os justos governam, alegra-se o povo; mas quando o ímpio domina, o povo geme." Nós precisamos ser só justos, não contra um ou contra outro, tem que administrar o Estado de forma justa.

Obrigado, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Dando sequência às falas, a presidência constata que o próximo horário é do Partido dos Trabalhadores, depois do Progressista, depois do PSB, PSDB, PDT, Novo, PCdoB e PSC.

Então, tem a palavra a Bancada do PT por até sessenta minutos.

O SR. DEPUTADO FABIANO DA LUZ - Senhor Presidente, senhoras Deputadas, senhores Deputados e todos aqueles que nos acompanham, eu quero ser muito breve aqui ao falar em nome do Partido dos Trabalhadores, em nome dos meus Colegas Neodi Saretta, Padre Pedro e da Deputada Luciane Carminatti.

Quero aqui apenas dizer que talvez as pessoas acreditem que para nós, Deputados, seja muito fácil vir aqui, emitir uma posição e votar. Mas por nossas cabeças passa muito [pensamento], sobretudo o que acontece com Santa Catarina, sobre a responsabilidade aqui do nosso voto, sobre a consequência que isso tem e a consciência que nós precisamos ter das posições que tomamos aqui. Existem muitas dúvidas entre todos nós, é claro que elas existem, como existem certezas, incertezas, mas a gente precisa pautar sempre no que nós estamos decidindo.

Hoje não estamos aqui para discutir a questão ideológica do governo ou do partido do Governador, se tem ou não ideologia, nem entrar nessa disputa de queda de braço; também nós não estamos aqui movidos muitas vezes por uma pressão externa, ou de sociedade, ou de imprensa, ou de quem quer que seja. Mas, sim, tentando também não avaliar todos os aspectos governamentais, porque o governo tem seus acertos, o governo tem os seus erros. A gente sempre acredita que um governante procura fazer sempre o melhor, e é claro que nem sempre isso é

possível ou nem sempre contenta a sociedade de uma maneira geral.

Mas a nossa posição hoje aqui de bancada - e não foi fácil tomarmos essa posição, porque foram várias reuniões e encontros entre nós, e levamos isso à direção partidária também para dividir essa responsabilidade com todos dessa decisão, e para que o que fosse decidido pela maioria também fosse respeitado - foi defender o prosseguimento do processo para que seja feita a devida investigação, e lá na frente se diga se realmente há ou não culpados desse processo. Por isso que nós, aqui, referendamos uma posição partidária de prosseguimento dessa ação do processo.

Obrigado, Presidente.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Não há mais oradores do Partido dos Trabalhadores.

Então o próximo horário é do Partido Progressista.

Tem a palavra o líder, o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Senhor Presidente, o primeiro inscrito é o Deputado Altair Silva.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Tem a palavra.

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - Boa tarde, senhores Deputados, senhoras Deputadas, é uma grata satisfação encontrar tantos amigos no dia de hoje.

Eu quero aqui falar que observei que no plenário muitos dos nossos colegas Deputados evocaram a Bíblia, muitos evocaram passagens religiosas, todas de grande valia. Eu rogo a Deus para que nós possamos tomar a melhor decisão, e a melhor decisão é exatamente aquela que não causa injustiça. Essa é a decisão responsável de cada um de nós, Deputados, a decisão que não cause injustiça.

Eu vi várias falas de colegas aqui no plenário, respeito a todos, e se existe algo neste Parlamento entre os Colegas é o respeito mútuo. Mas quero aqui ressaltar e aproveitar a fala de Salomão Ribas Junior, que já foi Deputado desta Casa, do meu partido, Conselheiro do Tribunal de Contas, escritor e que tem uma história e um

currículo que poucos catarinenses conseguiram almejar por meio da sabedoria de Salomão Ribas Junior conquistada ao longo da vida.

Salomão Ribas Junior falou aqui com toda a clareza e o seu conhecimento jurídico de que não há crime de responsabilidade, não existe crime de responsabilidade. O doutor Marcos Probst aqui trouxe dos autos, e eu também tenho cópia, decisões por meio de acórdão. Se muitos não conhecem o que é um acórdão, um acórdão é uma decisão de vários Juizes, portanto é uma decisão que vai ao encontro da súmula - são decisões vinculadas porque já existiram outras decisões. Quem aqui relatou que em nenhum momento o Judiciário se manifestou, colocou, na verdade, uma grande inverdade, quem disse que nunca houve essa decisão. Está aqui o colega Deputado Ivan Naatz, a quem eu respeito muito, que colocou essa posição de que o Judiciário nunca se manifestou. Eu estou com a cópia aqui, Deputado Ivan Naatz, se vossa excelência quiser pegar, está comigo. (*Palmas.*)

Por outro lado, eu quero aqui ressaltar um parecer de Antonio Cezar Peluso, Ministro e ex-Presidente do STF, um grande jurista reconhecido nacionalmente; não se trata de qualquer um, trata-se de um ex-Ministro, um jurista reconhecido nacionalmente e um grande advogado que fez o parecer. Esse advogado disse que crime estaria incorrendo se não houvesse o pagamento. Existe coisa mais clara do que isso? Decisões judiciais, pareceres jurídicos e decisões claras. Tão claras são que no dia 5 de fevereiro esta Casa, esta Mesa Diretora, da qual eu tenho a honra de fazer parte, arquivou o mesmo pedido de *impeachment* por dizer que não havia base jurídica para tal fundamento.

Não bastante isso, que a decisão do Tribunal de Justiça de Santa Catarina é da data de 1998 e vem se arrolando na Justiça a questão da equiparação salarial dos Procuradores. Não obstante, senhores Deputados e senhoras Deputadas, nós temos a responsabilidade de votar o justo, não vamos entrar aqui no mérito se é bolsonarista, se não é, se é religioso, se não é. O mérito da causa, o que nós estamos tratando aqui, a matéria

específica trata da equiparação salarial dos Procuradores, e todo o mundo jurídico afirma, o próprio Ministério Público afirma que não há crime de responsabilidade.

Portanto, caros colegas, se evocamos todos os caminhos da vida, do conhecimento, da história remota da Antiguidade, do Novo Testamento, do Velho Testamento, que avoquemos o momento presente de não se cometer injustiça. Este Parlamento não pode se prestar ao serviço de praticar injustiça, essa é a missão para a qual nós estamos aqui. (Palmas.)

Eu devolvo a palavra ao líder do nosso partido, o Deputado João Amin.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Senhor Presidente, senhoras e senhores, cumprimento a Vice-Governadora e em nome dela os representantes do governo, e em nome do Deputado Cesar Valduga cumprimento todos os Deputados.

É um momento difícil, independente de ser governo ou não ser governo. Não é fácil! Mas cabe a mim, neste momento, fazer uma breve reflexão e, principalmente, agradecer aos que me confiaram o voto a chegar aqui, os que me confiaram o voto de fazer parte das Comissões da Assembleia Legislativa as quais atuo, e agradecer, em especial, primeiro ao líder do meu bloco, o Deputado Nazareno, por ter me confiado fazer parte da Comissão Especial do *impeachment*, e não posso deixar aqui de agradecer a todos os membros da Comissão Especial: o Deputado Maurício Eskudlark, que aceitou ser Vice-Presidente, e olha que nós já tivemos por diversas oportunidades discussões, às vezes calorosas, às vezes discussões em que os dois perderam a razão; o Deputado Vampiro, que independente de diferenças partidárias, eu sou obrigado a admitir cada vez mais a nossa convivência é melhor e na Comissão Especial, juntamente com o Relator Adjunto, o Deputado Jessé, fizeram um excelente trabalho; o Deputado Sopelsa, quem sou eu para presidir algo aqui na Casa que faça parte o Deputado Sopelsa, além de um prazer é uma responsabilidade e um orgulho, uma felicidade para mim; o Deputado Marcos Vieira, que

é conhecedor do Regimento como ninguém, fez parte da Comissão Especial; o Deputado Ismael, que fez um excelente discurso agora há pouco aqui; o Deputado Fabiano, que é proporcional ao fato dele ser brincalhão, quão brincalhão ele é, é uma pessoa especial, que se dá bem com todo mundo; e o Deputado "Pedra Noventa", que é o Deputado Sergio Motta, que não se encontra aqui neste plenário agora.

Além de agradecer, eu não poderia deixar de mencionar também a assessoria da Casa, a Procuradoria da Assembleia; e também mencionar em especial os defensores, o doutor Marcos Probst, a doutora Ana Blasi, o doutor Noel Baratieri, do Secretário Tasca; e uma pessoa, que eu faço até questão de virar aqui (*olha na direção*), que eu admiro, que eu sou fã, muito admirador mesmo, que é o doutor Salomão Ribas Junior. Dizem que briga não se herda, e eu sempre quis levar isso na minha vida pública, mas as amizades, o carinho, eu faço e abuso em tentar herdar. O senhor é uma pessoa que é exemplo para todos nós, passou por esta Casa, passou pelo Tribunal de Contas e por onde passa realmente demonstra uma situação muito especial. Eu tenho um grande prazer de me considerar seu amigo.

Hoje todos nós iremos fazer uma análise política. Nós, aqui neste tapete vermelho, estamos, Deputados, com início para começar e início para terminar, e temos uma grande responsabilidade com Santa Catarina. Os quarenta representam mais de sete milhões de catarinenses. Então eu queria dizer que mesmo não sendo fácil, a pior das atitudes seria ser omissos, e não cabe omissão a nenhum de nós. Não terminará aqui, hoje, essa questão, se por acaso continuar ela ainda será objeto de avaliação.

Então eu quero, neste momento, dizer que eu agradeço muito a oportunidade que oito nobres colegas me deram para presidir tão importante Comissão.

Muito obrigado.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Boa tarde, colegas Deputados e Deputadas, bem como a todos que nos acompanham nesta sessão.

Eu consulto o líder, Deputado João Amin, se mais algum Deputado do PP deseja concluir o horário.

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIN - Encerrada a inscrição do PP.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - O próximo horário pertence ao PSB pelo tempo de até sessenta minutos.

Eu consulto o seu líder, Deputado Nazareno Martins, quem vai prosseguir.

O SR. DEPUTADO NAZARENO MARTINS - Senhor Presidente, quem vai usar esse tempo vai ser o meu companheiro, o meu amigo, o Deputado Laércio Schuster.

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL (Presidente) - Com a palavra o Deputado Laércio Schuster.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER - Senhor Presidente Julio Garcia, nosso Vice-Presidente Mauro de Nadal, colegas Deputados, quero agradecer ao meu colega de bancada, Deputado Nazareno, pela oportunidade que me dá de deixar a mensagem do nosso partido neste momento tão importante e histórico para Santa Catarina, no qual eu e o Deputado Nazareno não nos sentimos nem um pouco felizes com isso.

Serei muito breve, não irei discorrer sobre as questões jurídicas, administrativas, muito bem feitas e colocadas pelo nosso Relator, o Deputado Vampiro, as quais tive a oportunidade, com toda a minha equipe jurídica, de fazer a análise do processo, atos comissivos, omissivos, crimes de responsabilidade e por aí vai, em que vários outros colegas Deputados trouxeram à baila neste Parlamento essas questões.

Mas eu também aqui nesta tarde ouvi muitos oradores falarem da Bíblia, de ensinamentos e pensamentos bíblicos, de pensadores cristãos, e eu lembrei de um ao qual todos os dias peço a sua proteção, que se chama Santo Agostinho. Ele tem um pensamento que eu gosto muito, carrego como um mantra na minha vida, e gostaria muito de poder

compartilhar com os senhores. Ele diz o seguinte: "Prefiro os que me criticam, porque me corrigem, aos que me elogiam, porque me corrompem."

De maneira simbólica, senhores, eu tenho este telefone vermelho (*mostra um aparelho telefônico vermelho*) sempre à frente da minha bancada. Eu não fui um Deputado até hoje que critiquei o Governador Moisés, a palavra crítica para mim, junto com aqueles poucos - se vocês voltarem um pouco na história, no início das nossas atividades parlamentares em que éramos quatro, cinco Deputados - era no sentido de alertar, não de criticar. E por incrível que pareça, passando mais de um ano e meio, trazendo várias questões, vários desafios, principalmente das nossas pequenas cidades de Santa Catarina, as quais me orgulho de poder representar, eu nunca fui ouvido.

Eu fui eleito com o sonho de toda a região do Médio Vale do Itajaí de ter aqui no Parlamento alguém que pudesse ser a sua verdadeira voz, alguém que pudesse com a sua experiência administrativa, sendo Prefeito de uma pequena cidade, conhecendo como funciona a máquina pública, trazendo para cá, para este Parlamento, o grande sentimento de haver uma aproximação maior, principalmente por um governo que buscou em mais de 70% dos catarinenses a fé e a esperança de uma nova política. E com o tempo a bancada bolsonarista começou, junto comigo, a ver que aquilo que mais de 70% dos catarinenses esperavam não estava saindo do papel.

É triste para quem veio de uma pequena cidade, para quem lutou para estar aqui, tendo que implorar para ser atendido por Secretários de Estado para levar soluções, principalmente para as nossas famílias lá nas nossas cidades.
[*Transcrição: Grazielle da Silva / Revisão: taquígrafa Ana Rita Moriconi de Souza*]

Demorou um ano e meio para o Governador do Estado me receber, me ouvir, me conhecer e ver que eu não queria criticar, eu queria ajudar, eu queria alertar, eu queria contribuir, mas eu acho que foi tarde demais. Nesse caminhar todo de mais de um ano e meio, tivemos, infelizmente, à frente

de cargos públicos do secretariado, pessoas que não gostavam de dialogar, de ouvir, de democratizar, onde até deputados, Deputado Cobalchini, foram tirados da sala. Eu implorava para o chefe da Casa Civil poder me receber, não era o Deputado Laércio, eram as demandas das nossas pequenas cidades, que as famílias estavam precisando que houvesse solução, e eu nunca consegui.

Tocou o telefone vermelho num momento triste para Santa Catarina, mas mesmo assim eu quero agradecer muito o Governador Moisés, porque ele é um homem de boas intenções. Volto a repetir, ele é um homem de boas intenções, isso eu não tenho dúvida nenhuma, mas, infelizmente, o verdadeiro líder também tem que ter a sua responsabilidade, se os liderados não conseguem fazer o seu melhor na função do seu cargo público. E aí, para mim, faltou um pouco de preparo, de experiência, de conhecimento, faltou o diálogo com esses grandes homens públicos, que são os senhores. Eu me sinto honrado de, neste momento, estar compartilhando com os senhores esse momento, deputados que eu tenho aprendido muito, deputados que foram prefeitos, deputados que foram secretários, deputados que foram vereadores, vocês só têm o que contribuir, prova disso é o que nós fizemos nesses meses todos, corrigindo, Deputado Milton Hobus, erros administrativos, como aumento de impostos por decreto, aumento dos nossos defensivos agrícolas, a reforma administrativa que, no meu modo de ver, cometeu um grande equívoco e erro. Extinguir a Secretaria de Estado do Planejamento, como pensar Santa Catarina para o futuro se nós não temos alguém que pensa para isso, alguém que planeja.

E hoje, infelizmente, todos nós estamos aqui reunidos para ver se damos admissibilidade ou não a um pedido de impedimento do nosso Chefe de Estado, e também da sua Vice-Governadora, onde nós não podemos, e gestor público eu fui, fui prefeito, volto a repetir, de uma pequena cidade chamada Timbó. Nós não podemos, nunca, botar para o servidor público a responsabilidade de algo que

é solidária nossa. Eu olhava documento quatro, cinco, dez vezes antes de assinar, documentos importantes. Se eu estou na dúvida, eu assino, mas revogo, volto atrás, vou procurar informação, essa é a minha tristeza, infelizmente, ao que estou vendo. Por isso que Santa Catarina, infelizmente, parou o seu crescimento, parou o seu desenvolvimento, e nós temos a grande oportunidade, colegas Deputados, de colocar o Estado, novamente, na vanguarda, na valorização do seu povo e do trabalho. É isso, também, que nós estamos discutindo, aqui, hoje.

E eu gostaria muito que todos nós tivéssemos a responsabilidade com os mais de sete milhões de catarinenses que esperam que o nosso Estado volte a nos orgulhar, e eu trago um exemplo só, apenas um, para os senhores, daquilo que eu acho má gestão, um exemplo atual. Entre no portal de transparência do Estado, está lá o quanto o Governo Federal mandou para o Estado de Santa Catarina para ajudar no combate à COVID-19. Mais de R\$ 1,7 bilhão, está lá. O Estado de Santa Catarina apenas gastou pouco mais de R\$ 400 milhões. Vocês me perdoem, como homem público que eu fui, gestor público como eu fui, isso para mim não é economia, isso para mim é má gestão pura e simples, porque os nossos hospitais estão quase fechando, as nossas famílias precisam do apoio do Estado, principalmente, para combater e prevenir a COVID-19, e nós estamos com dinheiro em caixa. Fora outros serviços públicos que nós estamos vendo deteriorar. Esse processo de impedimento também reflete isso, também reflete, sem dúvida nenhuma, na decisão dos senhores.

Então, colegas Deputados, volto a repetir, é um momento histórico, mas eu tenho certeza absoluta que, no coração e na memória dos senhores, também é um momento triste para o nosso e Estado. Deputado Nazareno, muito obrigado pela oportunidade de representar a nossa Bancada no dia de hoje.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - O próximo Partido a se manifestarem ao PSDB.

Consulto o Líder, Deputado Marcos Vieira, quem fará uso da palavra.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Senhor Presidente, Deputado Júlio Garcia, senhoras Deputadas, senhores Deputados.

Eu vou me manifestar muito brevemente, em seguida o Deputado Vicente vai ocupar o espaço para emitir a opinião dele, Deputado Vicente Caropreso, mas eu quero, senhor Presidente, senhoras Deputadas, senhores Deputados, cumprimentar aos Advogados que estão presentes na Assembleia Legislativa, que fazem a defesa da Vice-Governadora e do Governador do Estado, e eu quero também cumprimentar a todas as demais pessoas que fazem presentes na Assembleia Legislativa.

Eu, infelizmente, não posso estar presente no Plenário da Assembleia, tendo em vista que ao fazer exames, restei positivo para a COVID, e por recomendação médica me senti na obrigação de ficar em casa. Mas estou bem, estou me recuperando bem, não tenho qualquer sintoma, absolutamente nada. Mas eu quero, senhor Presidente, me manifestar de forma rápida acerca de todo esse processo. A indústria não pode parar na fabricação de alimentos, pois se parar, a população vai sentir a falta de alimento na mesa de cada um. O Judiciário também não pode parar no julgamento de milhares de processos, pois se assim o fizer, vão prejudicar as partes interessadas. O Tribunal de Contas não pode, também, deixar de fiscalizar os atos de todos os gestores públicos de qualquer das esferas no Brasil. O Ministério Público também não pode deixar de fazer a sua parte, e que é o de fazer a denúncia quando encontrar qualquer tipo de irregularidade, em qualquer setor, em qualquer parte do Estado de Santa Catarina e a nível nacional, O Ministério Público Federal.

Digo lhe isso, senhor Presidente, senhores Deputados, infelizmente não fomos nós, Deputados, que elaboramos a Lei n. 1079, de 1950, que trata dos crimes de responsabilidade praticados por parte de gestores públicos. O que a Assembleia Legislativa está fazendo, no dia de hoje, é

simplesmente dar andamento num processo que teve origem num cidadão chamado Ralf Zimmer, e que, aqui, a obrigação da Assembleia é dar a devida à tramitação, seja no seu arquivamento ou seja no seu prosseguimento. Os senhores deputados terão a oportunidade, ou já tiveram a oportunidade de examinar *ipsis litteris* tudo o que consta de todas as folhas constante do processo. Eu fiz questão de examinar a peça impetrado pelo Advogado, pelo Defensor Público Ralf Zimmer, examinei toda a documentação postada pela Vice-Governadora, pelo Governador e pelo Secretário Tasca. Também li, e com muita atenção, o relatório elaborado pelos eminentes Deputados Luiz Fernando Vampiro e Jessé Lopes. O meu juízo de valor já está formado, mas vou externá-lo, senhor Presidente, senhoras Deputadas, senhores Deputados, na hora do voto. Mas é responsabilidade, sim, da Assembleia Legislativa, examinar todo esse processo, porque a Constituição Federal e a Constituição do Estado, e a Lei n. 1079 assim determina. E a Assembleia Legislativa, neste momento histórico para Santa Catarina, não pode ser omissa no julgamento de todo esse processo, em especial nessa fase inicial, porque a fase final, se assim chegar lá, será feita por um tribunal misto, composto por Deputados e Desembargadores.

Então, senhores Deputados, não se envergonhem de estar hoje, aqui, examinando e julgando essa fase inicial desse processo de *impeachment* contra a Vice-Governadora e contra o Governador do Estado, pois a lei exige e nos obriga a examinar esse processo. Então, senhor Presidente, essa era a minha manifestação e vou passar a palavra ao Deputado Vicente Caropreso.

O SR. DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO - Obrigado, senhor Presidente, obrigado Deputado Marcos Vieira, obrigado a todas as pessoas que estão nos ouvindo em importante momento de clímax da Assembleia Legislativa ao avaliar a conduta de mandatários máximos de nosso Estado, no caso, o Governador Carlos Moisés e a sua Vice, Daniela Reinehr.

Santa Catarina teve, na eleição do Governador Moisés e de sua Vice Daniela uma verdadeira resposta ao eleitor, que ele queria. Nós vínhamos de oito anos de MDB, com o nosso amigo Luiz Henrique da Silveira, e depois oito anos com Raimundo Colombo, no partido PSD. São partidos tradicionais que sempre praticaram a política conhecida de todo mundo. Mas chegou, a dois anos atrás, em 2018, o povo catarinense, assim como vários outros Estados, decidiram por mudar a sua avaliação, e tiraram um bombeiro, um bombeiro da sua tranquilidade, bombeiro chamado Moisés, e a Daniela, que aparecia muitas vezes no seu trator, ajudando na sua produção, e também como advogada.

Pois bem, um novo modelo foi escolhido por 70% dos votos, ou seja, o povo queria mudança, queria algo diferente que os últimos 16 anos estavam apresentando para o Estado. Foi óbvio. E os primeiros meses que o Governador Moisés se comunicou com a imprensa, com o público em geral, era de que ele não esperava ter ganho essa eleição, e que ele estava montando, juntamente com as pessoas de confiança, como tem que ser, um governo diferente, um governo de resultados, e assim que ele começou a governar. Mas ele esqueceu, e essa é uma das razões do ódio de algumas pessoas que se manifestaram, pelo jeito dele de falar, pelo jeito dele de se comportar, onde se viu esquecer um deputado para não subir no palanque, isso dá raiva, realmente o cara fica possesso, e onde se viu falar alguma coisa, como foi falado, talvez sem querer, do Presidente da República, dizer que ele não é da arminha. Isso provocou reações, reações de indignação de muitos deputados estaduais, e começou uma reação em cadeia.

Pois bem, faltava alguma coisa para começar algum debate, porque a vida dele, realmente, a partir do começo desse ano, foi um problema sério. Com essa dificuldade de relacionamento e detectada, há muito tempo falávamos, e outras pessoas falavam também, querendo ajudar, o fato é que não houve uma interlocução boa, ao razoável, com a Assembleia Legislativa, e daí os problemas

aumentaram sobremaneira. Isso causou um mal estar muito grande e as consequências chegaram no ponto, que estamos aqui, hoje, conversando. Ou seja, um erro formal, um erro teoricamente formal, que está descabelando Procuradores, descabelando Juizes, Desembargadores e outras pessoas que aqui se manifestaram, que não sabem se estão certo ou se estão errados, mas querem mandar para o Juiz, Desembargadores, para eles dizerem se está certo ou se está errado.

Numa situação dessa, um julgamento sumário é impossível fazer, como disse o meu amigo João Amin, que eu tenho uma grande admiração por ele e pela família dele toda, a análise que está sendo feita, hoje, é política. Não teve um deputado que falou agora, apenas e tão somente sobre a razão que nós estamos, aqui, reunidos, que foi, em tese, um erro cometido ao pagar os Procuradores do Estado a mesma coisa que ganha o Procurador da Assembleia Legislativa. E mais, eu ouvi do deputado Laércio Schuster a impressão que ele teve do Governador, esse cara é de boas intenções. Eu também tenho essa impressão. Mas, assim, gente, eu queria falar com você, catarinense, que está ouvindo, esse processo não tem nada de corrupção, não tem menção a enriquecimento ilícito e não tem menção do uso de estrutura pública para bem próprio. Não há nada disso neste processo, que fique claro isso, e querem imputar uma pena máxima, a degola do Governador e da Vice pelo fato do Governo ter cumprido uma decisão judicial transitada em julgado, ou seja, cumpra-se, é assim que é feito, que determinava o pagamento da chamada verba de equivalência dos Procuradores do Estado.

Como eu disse, existe uma lei, uma determinada colocação, que tem que ser respeitada, ou seja, os Procuradores do Estado, eles têm que receber a mesma quantia e vencimento que recebem os Procuradores, que são Advogados que defendem a Assembleia Legislativa. E se iniciou essa conversa, essa denúncia, por um Defensor Público chamado Ralf Zimmer, que captou essa dificuldade e taxou isso como crime de responsabilidade, e como

a pessoa que se manifestou em nome do denunciante não sabia, ou não tinha detectado ainda, que tinha e que havia uma sentença em julgado, que orientava o Governo a fazer isso. Pois bem, isso chegou para o Governador, sim, e essas decisões ele teve que passar adiante, porque quando há uma situação como essa, não é o Governador que vai fazer a análise jurídica de uma situação tão complexa como essa, para isso existe a Procuradoria Geral do Estado. Essa instância que lhe disse, vai adiante. Mas ele não disse se era certo ou se era errado. Para isso tem a Procuradoria Geral do Estado.

Vocês imaginem alguém chegar lá, no Governo do Estado: Daniela ou Moisés, venham aqui, eu tenho um pepino, me resolve, manda a PGE fazer isso. Não pode! A PGE é para isso, para tirar dúvida e para orientar o Governo a seguir dentro da lei, e daquilo que é o certo, e assim foi feito com Moisés e com a Daniela, baseado na lei e baseado no que os Procuradores mandaram fazer, e isso que foi feito, e isso que foi suscitado, por isso nós estamos reunidos aqui. Por um lado os defensores do Governador avaliam que ele cumpriu uma determinação judicial, e outros, que defendem que o Governador deveria ter passado isso para a Assembleia Legislativa definir e aprovar numa lei. Esse é o erro formal que nós estamos, aqui, conversando e analisando todos os fatos. O problema é que nós queremos, pelo menos a grande maioria da Assembleia quer imputar uma pena máxima ao Governador do Estado e a Vice-Governadora pelo fato do Governo ter cumprido uma decisão judicial, com base num parecer jurídico.

Como é que vão se manifestar os Desembargadores, que eventualmente vão se reunir e fazer parte de uma comissão mista de Deputados e Desembargadores para definir uma coisa desta. Ou seja, o Desembargador vai dizer que não é para cumprir ordem judicial, e daí eu não entendo mais uma coisa dessas. O Ministro, como foi falado, já, Antônio Cezar Peluso, que foi presidente do STF, a câmara suprema do Brasil, e ele disse na cara, só governador leviano e irresponsável, senão despreparado, agiria de outro modo, apoiando a

decisão do Governador. Então, está feita a confusão, e daí vem as consequências. Houve arquivamento de denúncias que foram feitas, do Ministério Público de Santa Catarina, e que inocentaram o Governador, e por três oportunidades o Ministério Público analisou os fatos, em questão todos, e afastou a existência de indícios de prática de improbidade por parte do Governador e da Vice, e também do Secretário, agora, como ele pediu demissão está fora dessa avaliação.

Então, não existe justa causa jurídica para amparar esse *impeachment*, a análise que nós vimos, desde o início dessa sessão, é por um conjunto de situações, mas essa decisão não tem que ser baseada naquilo que o Ralf Zimmer pediu, e não que o Governador não convida para subir, para participar de almoço, o outro, que ele fez leis que não era para fazer, lá, em relação à equivalência do ICMS do Estado, que deu muita confusão, ou que ele não tato com a política, nada disso está em jogo. O que está em jogo é se ele cometeu ou se não cometeu crime, e as evidências são de que ele não cometeu. Para mim está definido, é um terceiro turno eleitoral que se pretende realizar aqui, e é lógico, dá vazão a todo tipo de pensamento, da imprensa, do público em geral, para se colocar outra gente no lugar das pessoas que foram eleitas com 70% dos votos, inclusive, um bombeiro. Vocês sabem o que um bombeiro faz, o bombeiro é a pessoa mais bem avaliada em Timbó, mais bem avaliada em Floripa, em Jaraguá, lá no sul do Estado, porque são pessoas preparadas para salvar a vida, para ajudar a tirar do fogo, da água, que estão estendida, arreventada no meio, essa foi a pessoa que nós elegemos para Governador.

Mas o que não me cai na cabeça, por mais erro que tenha sido cometido pelo Governador, é pegar e querer degolar a dona Daniela, que ficou uma meia dúzia de dias e não sabia o que estava fazendo. Então, imputar a pena máxima para essa pessoa é uma coisa totalmente desproporcional ao que se pretende, pelo menos a gente vê, a maioria dos partidos e a maioria dos Colegas, que, aliás

definiram poucos momentos antes, pelo menos várias bancadas, com base em análise política, enfim. Então, eu pediria muita atenção das pessoas no seu voto, e pediria para que, aqui na Assembleia Legislativa, nós fizéssemos um momento de reflexão. E termino, dizendo assim, e daí é um recado para alguns aí, que disseram que, que gostam de dizer, que Santa Catarina está ruim. Está ruim, mas vocês conhecem o Ministro Pazuello, da Saúde, Ministro do Presidente Bolsonaro, o nosso Presidente, ele disse que Santa Catarina é o Estado que mais bem está tratando a questão da COVID no país, que Santa Catarina tem o menor índice de letalidade do país. Tem alguma coisa errada, porque tem pessoas que só falam mal, e tem outra coisa, Santa Catarina o Estado que mais bem recuperou a economia em relação a todos os outros Estados do País. *[Transcrição e revisão: Taquígrafa Sara L. Medeiros]*

Tem alguma coisa errada! Alguma coisa o Moisés e a Daniela devem estar acertando. E não é apenas o voto de alguém, o grito de alguém, por mais justificado que seja, que não podemos, em um momento de crise como essa, de enfrentamento da pandemia, de ver gente morrendo. Eu tenho um amigo que mora lá em Sombrio, no sul do estado, ele perdeu o pai há 30 dias e a mãe há uma semana, assim várias famílias estão perdendo gente por essa pandemia, por essa infecção, e é com respeito a essas pessoas, que seria muito melhor que fosse entrado num grande entendimento em favor de Santa Catarina, e não parar Santa Catarina por causa de questões políticas, principalmente de erro de formalidade. Então senhor Presidente, senhoras e senhores deputados, as pessoas que me ouvem, essa é minha posição ponderada, de coração como médico, como cidadão e como Deputado estadual pertencente ao PSDB. Obrigado, Marcos Vieira. Se recupere bem, estamos juntos. Obrigado a todos pela atenção.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - O próximo horário é do PDT, depois o NOVO, depois PCdoB, PSC e Republicanos. Tem a palavra pelo PDT a Deputada Paulinha.

A SRA. DEPUTADA PAULINHA - Senhor Presidente, muito obrigada! Eu nem achei que era eu agora. Bom, senhoras e senhores, meus queridos colegas, eu quero primeiro pedir permissão para fazer a leitura de uma mensagem que me foi entregue pelas mãos do Governador Carlos Moisés, escrita por ele, senhor Presidente. Mensagem, então, do Governador Carlos Moisés ao Parlamento catarinense.

(Passa a ler)

"Nesses pouco mais de 20 meses de governo, procurei entregar o melhor para o povo catarinense. Muito foi feito e entregue, mas não é o momento para esse tipo de avaliação. É preciso reconhecer que no campo político nem tudo andou bem. Falhamos no diálogo com o Parlamento catarinense, precisamos ouvir mais as Deputadas e os Deputados estaduais, apesar de sempre mantermos o irrestrito respeito ao Poder Legislativo catarinense, a verdade é que o Governo do Estado errou no relacionamento ofertado até aqui a cada um dos 40 membros desta Casa Legislativa. Falhamos nesse aspecto inegavelmente. Identificar e reconhecer esse erro nos permite fazer os ajustes necessários, e eles já começaram a ser feitos.

Reitero meu compromisso de bem governar Santa Catarina até 31 de dezembro de 2022, com amplo e irrestrito diálogo com os 40 Deputados estaduais sem exceção. É preciso compartilhar poder, unir esforços, dialogar incansavelmente, possibilitando que os anseios do Legislativo reverberem em ações do Executivo. Nada disso afasta a manutenção firme dos propósitos da boa governança, ao contrário, permite que o Parlamento estadual colabore para o aperfeiçoamento dos instrumentos de controle e gestão para que erros não venham a ocorrer na estrutura administrativa catarinense.

Com essas breves e respeitadas palavras, me dirijo às senhoras e senhores Deputados estaduais, nesse momento tão delicado para o estado de Santa Catarina. É preciso unir esforços para vencermos os desafios impostos pela pandemia do coronavírus. Precisamos estar unidos para o bem de todos que vivem aqui, nenhum poder isoladamente alcançará

êxito na solução dos anseios da sociedade catarinense.

Renovo, sim, meu compromisso de bem governar o Estado de Santa Catarina, com franco e respeitoso diálogo com os demais Poderes constituídos, em especial com vossas excelências, que representam o povo catarinense, e saberão bem reconhecer as inconsistências flagrantes do presente processo de *impeachment*.

Florianópolis, 17 de setembro de 2020"

Assina essa correspondência, Carlos Moisés da Silva, Governador do Estado de Santa Catarina.

Com estas palavras, senhores e senhoras, eu abro as minhas considerações. Senhores, antes ainda de chegar aos meus escritos, de ler aquilo que preparei, eu preciso dizer a vossas excelências que esta carta tocou meu coração. Nesses dias em que vivemos o *impeachment*, eu tenho convivido com a humanidade de Carlos Moisés, e eu quero lhes dizer que encontro aí sinceras palavras que brotam do coração de um homem bom, um homem de princípios, de caráter, um homem de reconhecida fé em Deus, que errou muito conosco, e cada um de nós sabe o quanto, mas que se põe humilde, hoje, diante do Parlamento, disposto a recomeçar junto com cada um de nós. Eu poderia, meus amigos, usufruir do meu tempo trazendo argumentos contra o *impeachment*, argumentos que todos conhecem, que iniciam na mais absoluta ausência de credibilidade do denunciante, um condenado pela Lei Maria da Penha, lembrança que aqui resgato aos colegas para que essa Casa não se olvide, Deputado Fabiano, dos seus valores primários nos quais se incluem a defesa das mulheres que apanham, dos menos favorecidos, do povo de Santa Catarina. Não, neste caso nós não estamos falando de pandemia e não estamos falando dos respiradores, meus colegas, esse *impeachment*, vergonhosamente, nasce sem razão jurídica nenhuma e todos nós, em nosso íntimo, sabemos disso.

É redundante destacar a enorme diferença entre as falas do advogado do denunciante, hoje, que assistimos, e as falas da competente Ana Blasi, que dizer do doutor Salomão, dos deixados aqui

pelo doutor Marcos Probst. É incomparável a sabedoria e a altivez das palavras dos defensores dos acusados aqui. Não, mas eu não quero hoje, na condição de Líder, me debruçar, meus colegas, sobre os fatos de ordem jurídica. Até porque o Ministério Público, o Tribunal de Contas, o respeitado Ministro Peluso, os inúmeros juristas de prestígio nesse país, não poucos os que eu conversei nos últimos meses, já quebraram as barreiras do silêncio acerca dos fatos em flagrante desfavor aos denunciantes.

Hoje, meus colegas, eu peço licença a cada um e a cada uma desta Casa para lhes falar de política. Eu cheguei aqui nessa Casa em 2019, eu confesso, encolhida, receosa de que eu não tivesse ainda a envergadura das histórias que o Parlamento enlaça. A ternura que chega em mim, que me envolve quando eu converso contigo, Deputado Titon, com Deputado Sopelsa, as histórias de vida e de luta por vocês contadas, e por tantos outros companheiros que eu aprendi a amar e respeitar. E na menção de vocês dois, dos cabelos brancos que carregam, eu abraço a cada um e a cada uma que está aqui, a quem eu tenho o privilégio de aprender dia a dia. Eu quero fazer confissões. Jamais eu tive, meus amigos, sequer a pretensão de assumir a Liderança de um Governo. Eu, de um partido minúsculo aqui no Parlamento, eu e o Rodrigo Minotto jamais, eu quero deixar claro, mas eu aceitei o desafio porque eu entendi que a parte mais frágil do Governo era justamente o diálogo, condição afeita às mulheres como algo natural. É da natureza feminina a arte do diálogo, mais ainda do que os homens, premiamos essa condição. E aqui, muito entre nós, assumir a missão quando o desgaste relacional entre os Poderes já era tal, que ninguém mais entre nós se dispunha a essa tarefa, verdade seja dita. Não houve de minha parte, e nem da parte do Governador, qualquer ato de negociação de cargos, de espaços políticos, partidários ou mesmo de entregas de recursos para as minhas bases eleitorais, nem naquela época, nos últimos dias de fevereiro, e nem agora, eu preciso deixar isso claro para os meus Colegas.

Na antevéspera da manifestação dos votos de abertura desse estapafúrdio e descabido processo de *impeachment*, eu preciso aqui, também, meus queridos amigos, pedir desculpas a cada um dos senhores e senhoras se algum momento eu falhei. É certo que, de longe, eu não sou a Deputada mais experiente dessa Casa, mas eu preciso lhes dizer que eu entreguei, nesse período, o melhor de mim, sacrificando ao limite o convívio com a minha família, com os meus amigos, para estar convosco, isso eu lhes asseguro. Eu quero agradecer, senhor Presidente, também a acolhida sempre tão gentil e generosa que eu recebi de todos os Colegas a quem mantive contato nesse período. Todos, sem exceção, mesmo na mais absoluta divergência, me trouxeram contribuições que eu guardarei para vida. Em uma guerra também se revelam grandes amigos, Deputado Laércio, mas voltando ao *impeachment*, já que a Casa opta por subtrair a ordem jurídica e legal para se concentrar em um fato político, eu teço aqui minhas considerações políticas também, seguindo o jogo. E não faço na condição de Líder, eu quero deixar dito isto aqui, falo como mulher, como mãe, como guerreira que eu sou, Deputado Bruno Souza, como cidadã catarinense consciente das suas responsabilidades, que sabe de onde vem e sabe por que está aqui. Com um máximo de respeito aos que pensam divergente, ao relatório do meu amigo Deputado Vampiro, eu não consigo compreender, por mais que eu me esforce, o que leva alguém a amparar uma acusação injusta. Eu não consigo enxergar porque nós vamos ignorar os apelos do setor produtivo, que em uníssono som clama pelo fim do *impeachment*. Eu não consigo vislumbrar para o nosso Estado um futuro bom com o *impeachment*. Um *impeachment* de um homem honesto, e todos nós aqui nesta Casa sabemos disso. Um *impeachment* de uma mulher absolutamente inocente. A primeira mulher eleita para o cargo Executivo estadual desse Estado. Eu não consigo entender, porque não se pode no exercício da humildade, que Deus nos oferece, acolher quem nos roga auxílio, porque é isto que esta carta apresenta. Um homem rogando auxílio e pedindo perdão ao Parlamento

pelos seus erros. E reconhecer, enfim, que o Governo realmente mudou, e a prova está aqui nessas galerias. O Governo mudou a sua forma de se relacionar conosco, e para muito melhor. Ao dar prosseguimento a esse *impeachment*, meus amigos, o Parlamento se agigantará em crueldade para com o Governador Moisés e sua Vice Daniela, mas mais ainda para com Santa Catarina.

Esse é o meu mais puro sentimento, mais verdadeiro sentimento que bate em meu peito. Porque é que nós vamos ignorar o pedido de ajuda formulado pelo Governador e pelo Governo, que eles têm consultado e visitado insistentemente nos inúmeros gestos promovidos nesses últimos dias. O Governo errou? Errou, Deputado Berlanda. Errou muito, mas ele também nos traz acertos efetivos e as obras que se iniciam nos rincões do Estado de Santa Catarina são a prova disso. O Governo errou, Deputado Sergio Motta, muito mais com ele mesmo do que conosco, porque perdeu a capacidade de se comunicar como deveria e merecia o povo catarinense. Mas o Governo ele tem dado, e eu preciso fazer esse testemunho, reiterados e diário gestos de que está reformado em sua forma política de atuar. E se ele apela ao Parlamento por ajuda, em nome de Santa Catarina, Deputado Maurício, porque é que nós vamos dar-lhe as costas em um momento tão sensível da história mundial? Por que não podemos todos nós nos debruçar nos trabalhos que realmente importam para superar essa terrível crise no pós-pandemia?

Hoje pela manhã, meus amigos, quando eu acordei, eu me confortei na lembrança de uma passagem, Deputada Marlene, aqui no Parlamento, a 21 anos atrás. Eu estava exatamente sentada na mesa ao lado do Presidente, com companheiros do meu partido, e eu tinha no colo a minha pequena Manu, bebezinha naquela época, eu exercia a função de Presidente Estadual da Juventude Socialista do PDT, o partido que me acolhe há mais de 30 anos. Era um evento para jovens, Deputado Valduga, onde nós falávamos, o tema era, me lembro como hoje, "Democracia e Liberdade". Eu sou filha da democracia, e ela faz nascer em mim a menina

rebelde e corajosa que não abre mão dos seus princípios, e não se dobra quando a missão é defender o direito popular. Não me convidem jamais para afastar um Governador ou uma Vice, e substituí-los fora das urnas, em eleição indireta. Não me convidem para subtrair o direito sagrado de mais de 5 milhões de catarinenses, e entregá-lo nas mãos de 40 homens e mulheres, por mais que eu esteja entre eles, por mais honrados e merecedor da confiança do povo que sejamos, ainda, senhores, que erros tenham sido cometidos, ainda que nossas correntes ideológicas não se assemelham, eu não consigo me ver prestando ao papel de condenar um inocente. O fato é que não existe, neste caso, crime de responsabilidade praticado pelo Governador, e menos ainda pela Daniela. A Daniela não é minha amiga pessoal, meus amigos do PSL, meus amigos bolsonaristas, se trocamos duas ou três palavras, foi muito. Mas me arreventa a alma saber que a nossa primeira mulher eleita Vice-Governadora é chamada a uma acusação que não lhe pertence. Se nós estamos descontentes com o Governo, que sejamos competentes o bastante para convencer a população, em uma próxima eleição, que podemos fazer melhor. Pelas urnas, como determina a democracia, a mesma pela qual morreram homens e mulheres neste país.

Aos amigos de longa data que eu preservo em meu coração, em especial os que pensam diferente de mim, eu esclareço que lealdade, atributo que nunca me faltou, Deputado Nazareno, em nenhuma circunstância na minha história, e jamais me faltará, não implica em subserviência. Em uma dessas manhãs, eu quero contar uma história para vocês, ao ser interpelada por uma pessoa querida, que se dizia decepcionada pela minha postura frente esse caso, e eu gosto tanto de falar dos meus fracassos, eu ouvi que o meu nome Paulinha nunca me caiu tão bem, apontando o diminutivo como característica feita às minhas posições. Eu fiquei triste. Pois bem, a esse amigo e a todos vocês, eu quero dizer que eu me sinto gigante hoje. Livre, livre, livre e gigante, porque eu sei que ainda que eu tenha escolhido o caminho mais penoso, mais

duro, que me falte, Deputado José Milton, a formação necessária nesse ano e pouco de Parlamento que tem, que me falta experiência, a sabedoria de muitos, eu sinto, em meu íntimo, que eu sigo o caminho da retidão e do bem. Eu, mais do que muitos, posso falar de decepções, frustrações, de erros do Governador Moisés ou do Governo para comigo. Os relatos aqui trazidos pelo Deputado Ivan e outros tantos que estão guardados, e eu agradeço por isso, vejo nobreza nos Colegas que não põem aqui todos os fatos doloridos, Deputado Laércio, como um gesto de cuidado, de zelo para com Governo, mas eu quero dizer para vocês que eu não me via em outro papel.

Nessa tarde, eu quero entregar para vocês o melhor de mim mais uma vez. A minha fé em nosso Senhor Jesus Cristo, que está aqui sobre nós, eu entreguei há muito tempo a minha vida à causa pública, o meu sangue e o meu amor, e é em nome desse amor por Santa Catarina que explode em meu peito, que eu rogo a cada um de vocês, meus queridos Colegas, que possam em algum momento, se não hoje, mas em algum momento, fazer um exame de consciência a partir de então, a partir do apelo recebido hoje, entregue pelas minhas mãos, de um homem que está lá nos pedindo ajuda, e que possam dar uma chance para o Governador, para sua Vice, e mais ainda para Santa Catarina. Eu rogo que não imputemos ao Parlamento catarinense a condição de justiceiro, que se entrega a um ato de vingança a ponto de se tornar algoz de seu próprio povo.

Ainda que esta seja apenas uma fase, que possamos cada um de nós, no tempo em que for possível, restabelecer a justiça sobre esse caso.

Eu quero, por fim, dizer que nenhuma dor que foi posta nesta mesa, não deixou de ser sentida por mim naquilo que foi falha do Governo, mas eu acredito, de toda minha alma, que este pedido de *impeachment* foi uma grande oportunidade para o Governo recobrar as suas relações para conosco.
[Transcrição: Northon Bousfield] [Revisão: Taquígrafa Sara L. Medeiros]

O próprio Governador Moisés, em alguns desses dias difíceis, tem dito, às vezes é pelo mal que

se vê o bem. Em nome dos apelos que foram feitos, das palavras deixadas pelo Governador Moisés, das sábias palavras apresentadas pela competente defesa de Daniela e do Governador Moisés, por Santa Catarina, meus amigos, não ao *impeachment*. Força e honra Deputado Sargento Lima, força e honra por Santa Catarina, muito obrigada.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - O próximo horário é destinado ao partido NOVO, tem a palavra o sr. Deputado Bruno Souza.

O SR. DEPUTADO BRUNO SOUZA - Presidente, eu quero começar, dissipando uma preocupação que, agora, passeia na mente dos meus colegas. Não, eu não vou usar uma hora do meu tempo, não se preocupem, não usarei.

Senhores, depois de ver a fala de todos os partidos, eu me sinto, também, na obrigação de vir aqui e falar em nome do meu partido. O partido NOVO tem uma frase que caminha conosco aonde vamos, fazer o certo sempre, não importa o preço. É um pouco kantiano, eu sei, mas é algo que acreditamos e levamos, e seguimos seja como for. Por isso me manifesto nesse momento triste, porque não importa como os senhores, neste momento, vão votar, sim ou não, mas é triste para nós, independente se os senhores são favoráveis ou contrários, nenhum Regime Republicano Democrático deve ter como regra a ruptura com o seu ritual mais importante, o voto, o sufrágio. Essa deve ser a sempre à exceção, por isso, é um momento triste, porque no que se trata um impedimento? Se trata, justamente, de romper com um acordo feito naquele momento do ritual do voto, é disso que se trata um impedimento. Por isso, eu teria que me manifestar hoje, e por isso, mesmo o momento sendo triste, nós precisamos deixar claro e restabelecer do que estamos falando aqui.

Não, para mim não é sobre, com todo respeito, sobre o Moisés ou sobre a Daniela. Para ser sincero, eu nunca nem conversei com a Daniela pessoalmente, com a Vice-Governadora; e com o Governador Moisés, deve fazer mais ou menos um ano que eu não encontro com o Governador Moisés pessoalmente. Até, hoje, fui interpelado, eu sei

que a pessoa não teve essa intenção quando me encontrou e me fez a pergunta direta e objetiva, o que o Moisés te ofereceu? Ela não teve nenhuma má intenção ao perguntar isso, foi um ato automático, mas o Moisés não me ofereceu nada, e se tivesse oferecido, com certeza ele teria ficado mais longe de obter o meu voto. Pois nunca precisei nada, eu tenho uma equipe pequena, eu tenho espaço no meu gabinete, se eu precisar de alguma coisa, eu tenho o meu gabinete para me atender, não preciso de nenhum espaço.

Agora, eu posso dizer para os senhores o que o Moisés não vai me tirar. Moisés não irá me tirar a tranquilidade de dormir à noite, não irá tirar a minha dignidade que eu considero, eu sei que tenho alguma desavença com alguns, mas eu considero que eu tenho, não vai tirar a tranquilidade com que eu durmo, e me encontro com a minha consciência à noite, quando deito minha cabeça no travesseiro, e isso ele não vai tirar. Por isso, não é por achar, que curioso, logo eu fazendo essa fala, não é por achar que o Governo Moisés é um péssimo Governo, que o Governo Moisés foi irresponsável, mandou para essa Casa uma reforminha que mostra a falta de compromisso dele com os nossos problemas fiscais, e os problemas fiscais de um País, de um Estado, é o sangue que corre nas veias daquele Estado, é a sua essência, porque se não há dinheiro para fazer a máquina rodar, não há a máquina, e ele mostrou justamente isso, essa falta de compromisso.

Mas, como disse, não é ele, ele não vai me tirar a minha tranquilidade, não é por não gostar do Governo, desaprovar o Governo, que eu votarei sim ou não, não é por isso. Eu costumo dizer que eu não formo uma opinião, eu encontro uma opinião. Eu não formo uma opinião conforme eu vou procurando os dados, a opinião ela está pronta lá no final, ela só basta ser descoberta. Eu tenho um grande problema com isso, porque uma vez que eu descubra a opinião, que eu descubro a minha verdade, pelo menos, eu sou escravo dela. Eu não consigo dizer que uma coisa não é o que eu estou vendo, e lamento, existem diversos bons motivos

para esse Governador ser impedido, diversos, vejo diversos motivos.

Eu, provavelmente, fui o primeiro Deputado a falar sobre o caso dos respiradores, falei logo que isso veio à tona, condenei, acompanhei o caso de perto, trouxe fatos novos, fiz, entrei com um processo para congelar os bens da empresa e tivemos êxito de congelar esses bens, existem diversos bons motivos, mas, eu esbarrei na verdade, e a verdade é que neste caso, de tantos bons motivos, este não está entre esses bons motivos.

O Governador Moisés tem culpa em muita coisa, mas nesse, por mais que eu não goste do Governador Moisés, ele não tem culpa. Ele deu um de acordo para que um processo fosse analisado pela Procuradoria Geral do Estado. Se fizesse ao contrário, aliás, poderia até, aí assim, responder por algum crime de responsabilidade, então, como falei, eu sou devoto da minha consciência tranquila, e se ele não teve nenhuma culpa neste processo específico, muito menos teve a Vice, que em poucos dias que ficou, também não poderia ter desfeito um ato que legalmente não é errado. E vejam, eu sou contra o aumento dos Procuradores, eu sou contra esse mérito, eu sou contra dar esse aumento, entretanto, não posso dizer que, porque sou contra, ele é ilegal. Cabe a mim, aqui, como Parlamentar, lutar contra este aumento, falar, dizer porque ele é problemático, porque não faz sentido aumentar R\$ 5 mil de quem já está no topo, enquanto nossos professores têm um piso de R\$ 2.500,00 R\$ 2.400,00, mas eu não posso dizer que é ilegal, porque isso não é.

Gostaria que o tema que nós estivéssemos discutindo aqui, hoje, fosse outro, gostaria que talvez o pedido de impedimento fosse outro, porque existem bons motivos, mas infelizmente é um que não procede, que não tem motivo de ser, na minha opinião. E como eu falei no começo, o NOVO tenta fazer o certo sempre, hoje eu fico tranquilo de fazer o certo e votar contra esse impedimento.

(Palmas)

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - O próximo horário é destinado ao PCdoB; consulto o sr. Deputado Cesar Valduga, que tomou posse hoje pela manhã e é muito bem recebido neste Parlamento, se ele está apto a discutir a matéria ou declina, posto que quando da denúncia e da análise do processo, vossa excelência não fazia parte da Assembleia.

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - Muito bem senhor Presidente, cumprimento vossa excelência, cumprimento todos os senhores Deputados, Deputadas, a população catarinense.

Além da mídia ter dado uma ampla transparência, através também dos órgãos legais, e também tomando conhecimento dos autos do processo, senhor Presidente, nos debruçamos, sem dúvida, a estudar pela responsabilidade que aqui devemos tomar neste dia, pela admissibilidade ou pela não admissibilidade. Mas, em nenhum momento, senhor Presidente, quero entrar aqui, até pela pouca experiência que nós tivemos, e aqui eu fico muito feliz de rever meus colegas Deputados, os servidores desta Casa, da tamanha responsabilidade que, enfim, este Parlamento catarinense vive nesse dia de hoje, e tem vivido nos últimos tempos.

Claro que também com muita tristeza, muito sentimento, onde que deveríamos estar aqui, sem dúvida nenhuma, discutindo o desenvolvimento econômico e social do nosso Estado, a fomentação da nossa agricultura, da nossa economia e das políticas públicas, que tanto esperam pela governabilidade.

Hoje é um dia de grande repercussão no Estado de Santa Catarina, uma repercussão política, Deputado Altair, que sem dúvida nenhuma o Parlamento, dentro das suas prerrogativas de legislar e fiscalizar, e propor ao Poder Executivo, não podemos nos furtar. Confesso, senhor Presidente, que estudamos muito os autos do processo, buscando também análises jurídicas para que, aqui, pudéssemos exercer a voz daqueles que não tem voz, que somos nós aqui, os Deputados deste Poder Legislativo. Para que aqui, senhor Presidente, no dia de hoje, vamos apenas julgar o

mérito, vamos julgar o mérito, tanto da Vice-Governadora, como também do Governador.

Em hipótese alguma, não poderia deixar de me manifestar, não podemos ser omissos, e nós estamos aqui pra isso, fomos eleitos para isso, fomos confiados para isso, em todas as pautas dessa Casa, fazendo aqui a voz dos catarinenses, fazendo aqui a voz daqueles que muitas vezes não têm voz, e que é claro pode seguir a frente ou não. E tenho toda certeza que, a partir desta ampla discussão, no campo das ideias, e que é importante que se debata, mas não a questão do conservadorismo ou do bolsonarismo, ou tantas coisas mais, mas que aqui se debata as questões de Santa Catarina, Deputado Ismael, que se debata, que se discuta o que é melhor para o Estado de Santa Catarina, olhando sob a ótica da governabilidade, buscando sempre o princípio da razoabilidade, e também, da equidade nesse processo, e que se dê o direito do contraditório. Aqui apenas, hoje, vamos votar o mérito.

Com essas palavras, senhor Presidente, quero dizer que estou muito à vontade, até pela experiência que tivemos, e quero agradecer à população catarinense ter me tornado primeiro suplente, e fui Deputado na outra legislatura, mas me sinto muito bem, à vontade, para aqui, enfim, opinar, trazer a voz de tantos catarinense. Estou aqui porque ouvi muitos catarinenses, ouvi o sentimento dos catarinenses, e é o que todos nós aqui, no dia a dia, o fazemos.

Então, nesse sentido, senhor Presidente, queria fazer apenas essas colocações nesse momento, para depois expressar aqui o nosso voto, o voto inclusive do meu partido, que até às duas da manhã, nesta manhã, nós ficamos estudando, ficamos debatendo, ficamos dialogando, com as contradições, com contraditório, porque nós não podemos, neste momento, ser irresponsável de tamanha responsabilidade, e acima de tudo pensar no bem do Estado de Santa Catarina, obrigado.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) -
Consulta o sr. Deputado Jair Miotto, PSC, se
deseja manifestar-se.

O SR. DEPUTADO JAIR MIOTTO - Agradeço senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Com a palavra, o sr. Deputado Sergio Motta, Republicanos.

O SR. DEPUTADO SERGIO MOTTA - Senhor Presidente, gostaria de cumprimentá-lo, cumprimentar todos os nobres deputados, advogados, todos que se fazem presente.

Ouvindo o discurso da Deputada Paulinha, a quem eu tenho uma consideração muito grande, Líder do Governo, quando ela fala que o Governo errou, errou sim, eu aprendi que aquilo que nós semeamos, aquilo que o homem semear, isso ceifará. Hoje, nesta Casa, nós não estaremos condenando o Chefe do Estado, Governador Carlos Moisés, nem a Vice Daniela, hoje nós estaremos aqui, eu parablenizo a Comissão, a qual o Deputado João presidiu, o relator Deputado Vampiro, com muita prudência, e agora vai dar seguimento. Aqui ninguém vai condenar o Chefe do Estado, nós teremos o tribunal misto, onde estarão cinco Deputados, cinco Desembargadores serão sorteados como todos, já é do conhecimento de todos, e eu acredito nesta Casa Legislativa, acredito que será hoje feito, também, justiça aqui, e também acredito no Judiciário, acredito que os Desembargadores, os cinco Deputados, enfim, darão desfecho e que Deus abençoe a todos ricamente. Amém!

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - São 19h e esgotamos o horário regulamentar da sessão. A Presidência prorroga a mesma por uma hora.

Encerrada a discussão, o processo de votação vai se dar na forma do art. 257 do Regimento Interno. Os nomes serão anunciados em voz alta pelo Secretário Deputado Laércio Schuster, e a medida de que cada Deputado votar, o secretário repetirá em voz alta o voto. O deputado poderá retificar seu voto, devendo declará-lo em Plenário antes de proclamado o resultado da votação.

Submeto à votação do Plenário da Assembleia Legislativa o Projeto de Decreto Legislativo nº 0007/2020.

Tem a palavra o Primeiro Secretário, sr. Deputado Laércio Schuster.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Peço a palavra, para uma questão de ordem, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Não há questão de ordem prevista, Deputado Marcos Vieira.

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - Obrigado, senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SHUSTER (Primeiro Secretário) - Senhor Presidente Júlio Garcia, vamos começar a votação nominal pelas bancadas partidárias do MDB.

O primeiro que vota é o líder do MDB, Deputado Luiz Fernando Vampiro.

O SR. DEPUTADO LUIZ FERNANDO VAMPIRO - O meu voto é "sim", pelo prosseguimento.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O Líder, sr. Luiz Fernando Vampiro vota "sim".

Agora, a Deputada Ada De Luca como vota?

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Senhor Presidente, senhoras e senhores Deputados, imprensa, TVAL, Rádio Alesc, cidadão catarinense que nos acompanha neste momento tão importante para todos nós.

A vontade popular é soberana, com certeza, mas ela não dá autorização para cometerem ilegalidades, o voto que elege o Governador é o voto que elege o Deputado, possui a mesma legitimidade, o *impeachment* é um remédio amargo, sim, mas como todo remédio amargo precisa ser administrado quando necessário. Depois de ampla e cuidadosa análise legislativa, judiciária e política, com base no conhecimento da faculdade de Direito e sua aplicação na prática, com base nos mandatos de deputado estadual desde 2007, com base na experiência de Secretária de Estado durante sete anos, em nome do povo catarinense, que hoje sofre com os equívocos e os erros de um Governo sem planejamento e sem gestão. Pelo desconhecimento da máquina pública, onde ambos governantes, sendo os dois da área jurídica, repetindo a frase do meu mestre Ulysses Guimarães,

citado anteriormente no Plenário, a verdade poderá ser temporariamente ocultada, sim, mas nunca destruída. A verdade está no lado do povo, e temos que continuar o procedimento, neste dia, é um dia histórico esse dia.

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - V.Exa. tem 30 segundos para concluir, Deputada.

A SRA. DEPUTADA ADA DE LUCA - Sem alegria nenhuma, mas com a consciência, este é o único caminho para restabelecermos a normalidade institucional, eu voto "sim", senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - A sra. Deputada Ada De Luca vota "sim".

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Senhor Secretário, apenas para passar um esclarecimento a todos os senhores deputados, não é previsto encaminhamento de votação, o voto é "sim" ou "não". Muito obrigado pela compreensão.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - Dando prosseguimento, senhor Presidente, a votação nominal, agora, é o Deputado Fernando Krelling, como vota?

O SR. DEPUTADO FERNANDO KRELLING - O meu voto é "sim", pela continuidade do processo.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Fernando Krelling vota "sim".

O sr. Deputado Jerry Comper como vota?

O SR. DEPUTADO JERRY COMPER - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Jerry Comper vota "sim".

O sr. Deputado Mauro de Nadal, como vota?

O SR. DEPUTADO MAURO DE NADAL - O meu voto é "sim", senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O Sr. Deputado Mauro de Nadal vota "sim".

O Sr. Deputado Moacir Sopelsa vota como?

O SR. DEPUTADO MOACIR SOPELSA - O meu voto é "sim", senhor Presidente, pelo prosseguimento.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Moacir Sopelsa vota "sim".

O Sr. Deputado Romildo Titon como vota?

O SR. DEPUTADO ROMILDO TITON - O meu voto é "sim", senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Romildo Titon vota "sim".

O sr. Deputado Valdir Cobalchini, como vota?

O SR. DEPUTADO VALDIR COBALCHINI - O meu voto é "sim", senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Valdir Cobalchini vota "sim".

O sr. Deputado Volnei Weber como vota?

O SR. DEPUTADO VOLNEI WEBER - O meu voto é "sim", senhor Presidente, pelo prosseguimento da análise do processo.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Volnei Weber vota "sim".

Dando continuidade à votação nominal, agora, pela bancada do PSL, sr. Deputado Sargento Lima, o Líder, como vota?

O SR. DEPUTADO SARGENTO LIMA - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Sargento Lima, o Líder, vota "sim".

A sra. Deputada Ana Campagnolo como vota?

A SRA. DEPUTADA ANA CAROLINE CAMPAGNOLO - O meu voto é "sim", senhor Secretário.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - A sra. Deputada Ana Campagnolo vota "sim".

O sr. Deputado Coronel Mocellin como vota?

O SR. DEPUTADO CORONEL MOCELLIN - O meu voto é "não", senhor Secretário.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Coronel Mocellin vota "não".

O sr. Deputado Felipe Estêvão como vota?

O SR. DEPUTADO FELIPE ESTEVÃO - O meu voto é "sim", senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Felipe Estevão vota "sim".

O sr. Deputado Jessé Lopes como vota?

O SR. DEPUTADO JESSÉ LOPES - O meu voto é "sim", Presidente.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Jessé Lopes vota "sim".

O sr. Deputado Ricardo Alba como vota?

O SR. DEPUTADO RICARDO ALBA - O meu voto é "sim", pelo prosseguimento da análise.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Ricardo Alba vota "sim".

Agora a bancada do PSD, o Líder Deputado Kennedy Nunes como vota?

O SR. DEPUTADO KENNEDY NUNES - O meu voto é "sim" pelo procedimento e para que possa ser averiguado na Comissão Mista.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O Líder, sr. Deputado Kennedy Nunes vota "sim".

O Sr. Deputado Ismael dos Santos como vota?

O SR. DEPUTADO ISMAEL DOS SANTOS - O meu voto é "sim", pelo prosseguimento.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Ismael dos Santos vota "sim".

A sra. Deputada Marlene Fengler como vota?

A SRA. DEPUTADA MARLENE FENGLER - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - A sra. Deputada a Marlene Fengler vota "sim".

O sr. Deputado Milton Hobus como vota?

O SR. DEPUTADO MILTON HOBUS - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Milton Hobus vota "sim".

Agora, a bancada do PL, o Líder, Deputado Ivan Naatz como vota?

O SR. DEPUTADO IVAN NAATZ - O meu voto é "sim", senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O líder, sr. Deputado Ivan Naatz vota "sim".

O sr. Deputado Marcius Machado como vota?

O SR. DEPUTADO MARCIUS MACHADO - O meu voto é "não".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Marcius Machado vota "não".

O sr. Deputado Maurício Eskudlark como vota?

O SR. DEPUTADO MAURÍCIO ESKUDLARK - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Maurício Eskudlark vota "sim".

O sr. Deputado Nilso Berlanda como vota?

O SR. DEPUTADO NILSO BERLANDA - Pela decisão do partido, o meu voto é "sim", Presidente.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Nilso Berlanda vota "sim".

Agora, a bancada do PT. O Líder, sr. Deputado Fabiano da Luz como vota?

O SR. DEPUTADO FABIANO DA LUZ - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O Sr. Deputado Fabiano da Luz vota "sim".

Como vota a sra. Deputada Luciane Carminatti?

O SRA. DEPUTADA LUCIANE CARMINATTI - O meu voto é "sim", Presidente.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - A sra. Deputada Luciane Carminatti vota "sim".

O sr. Deputado Neodi Saretta como vota?

O SR. DEPUTADO NEODI SARETTA - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Neodi Saretta vota "sim".

O sr. Deputado Padre Pedro Baldissera como vota?

O SR. DEPUTADO PADRE PEDRO BALDISSERA - O meu voto é "sim", senhor Presidente.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Padre Pedro Baldissera vota "sim".

Agora, a bancada do Partido Progressista. O Líder, sr. Deputado João Amim como vota?

O SR. DEPUTADO JOÃO AMIM - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O Líder, sr. Deputado João Amim vota "sim".

O sr. Deputado Altair Silva como vota?

[Degravação: Guilherme Brito] [Revisão: Taquigrafa Sara L. Medeiros]

O SR. DEPUTADO ALTAIR SILVA - O meu voto é "não".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Altair Silva vota "não".

Como vota o sr. Deputado José Milton Scheffer?

O SR. DEPUTADO JOSÉ MILTON SCHEFFER - O meu voto é "não".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado José Milton Scheffer vota "não".

Agora, a bancada do PSB. O líder, deputado Nazareno Martins, como vota?

O SR. DEPUTADO NAZARENO MARTINS - O meu voto é "sim", pelo prosseguimento.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Nazareno Martins vota "sim".

Como vota o sr. Deputado Laércio Schuster?

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O meu voto é "sim".

Deputado Laércio Schuster vota "sim".

Agora, a bancada do PSDB. O líder, Deputado Marcos Vieira, como vota?

O SR. DEPUTADO MARCOS VIEIRA - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Marcos Vieira vota "sim".

Como vota o sr. Deputado Doutor Vicente Caropreso?

O SR. DEPUTADO DOUTOR VICENTE CAROPRESO - O meu voto é "não".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Doutor Vicente Caropreso vota "não".

Agora, a bancada do Partido NOVO. O líder, Deputado Bruno Souza, como vota?

O SR. DEPUTADO BRUNO SOUZA - O meu voto é "não".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Bruno Souza vota "não".

Agora, a bancada do PCdoB. O líder, Deputado Cesar Valduga, como vota?

O SR. DEPUTADO CESAR VALDUGA - O meu voto é "sim", pelo prosseguimento.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Cesar Valduga vota "sim".

Agora, a bancada do PDT. A líder, Deputada Paulinha, como vota?

A SRA. DEPUTADA PAULINHA - O meu voto é "não".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - A sra. Deputada Paulinha vota "não".

Agora, a bancada do PSC. O líder, Deputado Jair Miotto, como vota?

O SR. DEPUTADO JAIR MIOTTO - O meu voto é "sim", pela admissibilidade e continuidade do processo.

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O Líder, sr. Deputado Jair Miotto vota "sim".

Agora, a bancada do Republicanos. O líder, Deputado Sergio Motta, como vota?

O SR. DEPUTADO SERGIO MOTTA - O meu voto é "sim".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - O sr. Deputado Sergio Motta vota "sim".

Agora, ainda na bancada do PSD, o nosso presidente, Deputado Julio Garcia, como vota?

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - "Abstenção".

O SR. DEPUTADO LAÉRCIO SCHUSTER (Primeiro Secretário) - Sr. Deputado Julio Garcia, "Abstenção".

O SR. DEPUTADO JULIO GARCIA (Presidente) - Anunciamos o resultado.

Votaram 40 senhores Deputados.

Temos 32 votos "sim", 7(sete) votos "não" e uma "abstenção".

Está aprovado o Projeto de Decreto Legislativo nº 0007/2020.

A Presidência consulta os senhores Líderes se devemos encerrar a sessão. Nós só temos mais uma hora com essa sessão, enquanto convocamos outra Extraordinária para votação do Decreto nº 008/2020. Todos de acordo?

(As Lideranças aquiescem.)

A Presidência, antes de encerrar a presente sessão, convoca outra, extraordinária, para as 19h12, para discussão do Projeto de Decreto Legislativo nº 008/2020.

Está encerrada a sessão.

(Ata sem revisão dos oradores)

[Transcrição: Roberto Machado] [Revisão:
Taquígrafa Sara L. Medeiros]